

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Isabela Anastacio de Oliveira
218059

Como tem sido abordada a temática da alfabetização de alunos com necessidades intelectuais considerando o que se tem produzido e discutido através de dissertações e teses?

CAMPINAS – SP
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Isabela Anastacio de Oliveira

218059

Como tem sido abordada a temática da alfabetização de alunos com necessidades intelectuais considerando o que se tem produzido e discutido através de dissertações e teses?

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cláudia Beatriz de Castro Nascimento Ometto.

CAMPINAS – SP

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

OL4c Oliveira, Isabela Anastacio, 1998-
Como tem sido abordada a temática da alfabetização de alunos com necessidades intelectuais considerando o que se tem produzido e discutido através de dissertações e teses? / Isabela Anastacio de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Cláudia Beatriz de Castro Nascimento Ometto.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Vigotsky, L. S. (Lev Semenovich), 1896-1934. 2. Alfabetização. 3. Educação Especial. 4. Autismo. 5. Síndrome de Down. I. Ometto, Cláudia Beatriz de Castro Nascimento, 1965-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Área de concentração: Pedagogia

Titulação: Licenciado

Banca examinadora:

Daniele Aparecida Alves Biondo

Data de entrega do trabalho definitivo: 07-12-2022

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, sou grata a todos os professores que passaram pela minha vida antes e durante a graduação, pois foram eles que me inspiraram a seguir a profissão de pedagoga, me mostrando tanto a complexidade quanto a simplicidade do educar. Saudade de todos os momentos e vivências que tive ao lado de vocês. Especialmente, agradeço à minha orientadora, Cláudia Ometto, que ao me transmitir seu amor pela alfabetização me despertou o interesse pela área, além disso, obrigada pela paciência em me orientar, me auxiliar e guiar, para que eu conseguisse finalizar a graduação. Sentirei saudades.

Aos colegas de profissão, muito obrigada, por em cada instante me transmitirem a segurança do ambiente escolar, me ensinando cada vez mais sobre a teoria dentro da prática. Especificamente, sou grata às equipes docentes que já trabalhei, pois cada uma foi responsável por me influenciar na mudança da minha prática pedagógica.

Além disso, agradeço aos meus amigos que me apoiaram durante meu período de graduação, me auxiliando em processos pessoais, dispostos a me ouvir e cuidar de mim a todo momento, são pessoas que guardarei para sempre dentro do meu coração, pois através dessa ajuda consegui finalizar o sonho da graduação. Amo vocês.

Especialmente, agradeço ao meu pai, Felipe, que desde o início da minha vida escolar sempre valorizou a minha educação, procurando a melhor escola para que eu pudesse estudar, mesmo que muitas vezes ficasse mais complicado financeiramente, além de sempre estar disposto a me ajudar em minhas dúvidas escolares, tendo a paciência de ser meu “professor” depois de dias longos de trabalho. Sou grata a minha mãe, Ana Paula, que sempre foi uma inspiração de mulher para mim e depois também se tornou um exemplo de pedagoga, inúmeras vezes me apoiando nas decisões que tomei e a todo tempo lutando pelas minhas vontades, buscando me compreender e ajudar em todas as minhas dúvidas e reflexões, me mostrando que todos têm suas dificuldades, me auxiliando todos os dias a ter cada vez mais empatia. Por fim, agradeço ao meu irmão que sempre esteve ao meu lado, me ajudando a enfrentar a vida da forma mais leve possível, alguém que me ensina diariamente a ser paciente e a desenvolver minha prática pedagógica. Amo vocês imensamente.

Principalmente, agradeço a Deus por ter me abençoado e guiado durante toda a minha vida e, especialmente, no decorrer do processo de entrada e continuidade dentro da faculdade, além de me proporcionar a capacidade de finalizar a graduação através da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, além de ser meu guia em todas as decisões que tomei, me dando sonhos e me ajudando a realizá-los.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise de referências bibliográficas que discutem como tem sido abordada a temática da alfabetização de alunos com necessidades intelectuais considerando o que se tem produzido e discutido através de dissertações e teses, com foco em crianças com Autismo e/ou da Síndrome de Down. Procuramos compreender também se existem muitas pesquisas com diferentes abordagens relacionadas a esse tema e qual tem sido o objetivo deste estudo; quais abordagens ancoram as discussões. De forma a compreender como tem se dado essa prática de alfabetização no âmbito da educação inclusiva, trazemos para discussão perspectivas de autores como Vigotski, a partir de sua teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, entendendo a linguagem como constitutiva, formadora e organizadora do pensamento. Além disso, são assumidas ideias de outros autores que compartilham do mesmo referencial de modo a construir uma discussão pensando sempre acerca do tema alfabetização de alunos com necessidades intelectuais. Os dados nos permitem afirmar que através da seleção dos trabalhos, foi possível o entendimento de que essas crianças são tão capazes de aprender quanto às demais, simplesmente se as práticas docentes buscarem possibilidades para desenvolver a habilidade da leitura e escrita em todo e qualquer indivíduo, independente da sua condição intelectual.

Palavras-chaves: Alfabetização, Educação Especial, Autismo, Síndrome de Down, Vigotski

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - QUAIS AS DESCOBERTAS NAS PRODUÇÕES DO CAPES RELACIONADAS A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?	11
CAPÍTULO II - COMO A ALFABETIZAÇÃO TEM SIDO DISCUTIDA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?	17
2.1. Grupo 1 - Trabalhos que tematizam a alfabetização inclusiva	17
2.2. Grupo 2 - Trabalhos que fazem um recorte na alfabetização para Vigotski	32
2.3. Grupo 3 - Discussões sobre a Prática Pedagógica com crianças presentes na Educação Especial	45
2.4. Grupo 4 - Pesquisas que discorrem sobre o ensino de alunos do espectro autista.....	60
2.5. Grupo 5 - Trabalhos que apresentam o desenvolvimento escolar de crianças com Síndrome de Down	68
CAPÍTULO III - A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DE VIGOTSKI E SUA RELAÇÃO COM A ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

A alfabetização é mais, muito mais, que ler e escrever. É a habilidade de ler o mundo, é a habilidade de continuar aprendendo e é a chave da porta do conhecimento.

Paulo Freire

Desde que me recordo a alfabetização sempre foi algo muito intrigante para mim, pois sempre me perguntei como era possível para um profissional conseguir encontrar maneiras diversas de ensinar algo tão complexo quanto a leitura e a escrita, por isso sempre me peguei observando aqueles que conseguiam realizar tal feito.

Quando tinha cerca de 13 anos de idade já tinha esse interesse crescendo em mim, tanto que ajudei uma de minhas professoras a criar um projeto chamado “Projeto Gentileza”, que basicamente visava a ajuda de alunos do Ensino Fundamental II aos professores dos anos iniciais da nossa escola. Como eu fui uma das responsáveis pelo projeto, pude escolher com qual sala queria ficar e escolhi o primeiro ano do Ensino Fundamental, para entender melhor como o processo de alfabetização acontecia, naquela época minhas questões não eram as mesmas que tenho hoje, mas ainda assim estava ali para aprender e durante dois anos me encontrei completamente envolvida com essa fase da construção de conhecimento.

Estive observando aquilo que as mais diversas profissionais usavam para desenvolver os aprendizados da leitura e da escrita em cada indivíduo, entendendo o que significava alfabetização e a sua relação com o letramento, sendo integrantes do mesmo processo de ensino, aprendendo como as habilidades de ler e escrever se desenvolvem.

Lembro-me de um aluno que estava há dias tentando ler o título do livro “Léo e a Baleia”, o qual havia chamado sua atenção na biblioteca da escola, após um momento de leitura que a professora sempre realizava no começo das aulas, se iniciou o estudo das sílabas iniciadas pela letra “L”, quando terminamos os exercícios propostos pela professora, comecei a observar esse aluno de longe e ele, com muito cuidado, puxou o livro que estava embaixo da sua carteira, como fazia algumas vezes ao dia, começou a tentar decifrar o que estava escrito, quando de repente ele grita: “Leo e a Baleia, esse é o nome do livro, Leo e a

Baleia, eu consegui!”. Nesse momento tão simples para uns se tornou um dos momentos mais marcantes para mim durante esse processo, pois naquele instante entendi a grande importância da leitura, mesmo intermédio sutil da professora, pois ele não queria nossa ajuda para ler aquilo, ele queria realizar esse feito sozinho, mas mesmo sem perceber foi através da mediação que ele conseguiu compreender o que ele tanto queria, uma intervenção feita de forma imperceptível aos seus olhos infantis, que lhe trouxe uma nova informação e com isso ele pode concluir a leitura que tanto queria.

Foi por meio dessa experiência que eu desenvolvi um certo carinho e apreço pela pedagogia, ainda mais pela alfabetização que se tornou algo tão presente na minha vida, se transformando em um dos motivos pelos quais decidi escolher essa profissão para seguir como carreira.

Durante o meu processo de aprendizagem na formação como pedagoga estive inserida dentro de diversas instituições de ensino, tanto na rede privada quanto na pública, trabalhando em variados segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental e inúmeras vezes na Educação não Formal, o que me possibilitou ter experiências com múltiplas crianças presentes na educação inclusiva, algo que nunca imaginei que seria tão presente na minha vida como tem sido nos últimos anos, tanto que me apaixonei pela área.

Através dessa oportunidade de ingressar na minha carreira como estagiária, pude ter um olhar mais crítico ao processo de alfabetização, diferente daquele que tive no meu primeiro contato, pude observar aquilo que estava aprendendo no curso de Pedagogia sendo colocado em prática, vivenciando cotidiano de uma professora observando o lado pedagógico, não mais como uma simples ajudante, agora entendia o processo e fazia parte dele.

Com essa vivência em minha vida profissional, somada àquela que tive antes de ingressar na pedagogia, me veio a curiosidade de entender mais sobre a alfabetização de alunos com necessidades intelectuais, principalmente pelo fato de me interessar muito pela alfabetização, além de querer compreender e trabalhar com diferentes metodologias, capazes de realizar meu objetivo como futura professora de alfabetizar essas crianças.

Porém ao pensar sobre esse tema me deparei com um embate, como encontrar alguém que estude essa área comigo? Foi quando me lembrei das mais diversas aulas de Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita, ministradas

pela minha atual orientadora, Cláudia Ometto, disciplina na qual pude compreender os significados das minhas recordações e aprender a unir prática e teoria, com isso pude recordar que através dessa disciplina surgiu a ideia daquilo que seria meu foco de estudo.

Foi diante de tal situação que para obter um estudo mais aprofundado acerca do assunto pensei em produzir o meu Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como foco o que está sendo produzido e discutido em relação à alfabetização de alunos com necessidades intelectuais? Existem muitas pesquisas com diferentes abordagens relacionadas a esse tema? Qual tem sido o objetivo desses estudos? Quais abordagens ancoram esse assunto?

Colocando em destaque essas questões levantadas o objetivo central deste Trabalho de Conclusão de Curso é compreender a construção do processo de alfabetização de alunos com necessidades especiais, tendo como foco crianças autistas e com Síndrome de Down, mediante a revisão bibliográfica de dissertações e teses, em um estudo exploratório descritivo, analisar textos que discutem direta ou indiretamente o tema, tendo como propósito conhecer e estudar as produções já publicadas para entender e investigar como se dá esse desenvolvimento da leitura e escrita nessas crianças, buscando a contribuição desses estudos a fim de responder a seguinte questão de investigação: como tem sido abordada a temática da alfabetização de alunos com necessidades considerando o que se tem produzido e discutido, através de dissertações e teses?

Após o levantamento desses documentos selecionados, se procederá a leitura dos mesmos e será feito uma sistematização por escrito dos principais pontos destacados nos trabalhos, identificando focos para discussão em relação ao tema de pesquisa.

Com base na análise realizada a partir da leitura dos textos, ocorrerá um esforço para compreender como tem sido essa prática de alfabetização, trazendo para discussão perspectivas de autores como Vigotski, a partir de sua teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, entendendo a linguagem como constitutiva, formadora e organizadora do pensamento. Além disso, serão assumidas ideias de outros autores que compartilham do mesmo referencial.

O atual trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro deles intitulado “Quais as descobertas nas produções do CAPES relacionadas a

alfabetização de alunos com necessidades especiais?”, que será destinado ao levantamento de trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações relacionados com o tema de pesquisa no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior, dando ênfase àqueles que constam as palavras-chaves destacadas no capítulo, com o objetivo de separá-los em grupos para que se possa analisá-los em seguida.

No segundo capítulo que possui o nome de “Como a alfabetização tem sido discutida no âmbito da educação inclusiva?”, será realizada a análise dos textos em destaque, revisando-os para que se possa constituir a concepção daquilo que tem sido discutido em relação a temática da alfabetização de alunos com necessidades intelectuais ao longo dos anos. Posteriormente, o terceiro capítulo com o título “A alfabetização na perspectiva de Vigotski e sua relação com a alfabetização inclusiva”, contará com uma reflexão realizada por mim a partir da discussão dos textos selecionados com as concepções de Vigotski sobre alfabetização, relacionando-os de forma a elaborar uma perspectiva sobre alfabetização de alunos presentes na educação inclusiva. Concluindo, haverá as considerações finais, dando destaque aos pontos discutidos durante a construção deste atual trabalho.

CAPÍTULO I - QUAIS AS DESCOBERTAS NAS PRODUÇÕES DO CAPES RELACIONADAS A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?

O levantamento de dados para a escrita da pesquisa se deu a partir da consulta ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), captação essa que exigiu uma análise detalhada em relação às palavras-chaves escolhidas para delimitar os objetivos da pesquisa. Pensando nisso, foi delimitado o período de 2011 a 2022, para a busca de materiais relacionados com o tema do atual trabalho, visando com isso o maior alcance de dados e para a realização dessa busca foram utilizadas as palavras-chaves descritas abaixo, nas modalidades de dissertações e teses sobre a temática deste projeto filtrando os resultados a partir das áreas de conhecimento, ano de publicação. Foram selecionadas as seguintes palavras-chaves para guiar essa pesquisa:

- Alfabetização (1841 publicações)
- Ensino de alunos autistas (237 publicações)
- Educação e Síndrome de Down (355 publicações)
- Necessidades especiais e Vigotski (353 publicações)

Mesmo especificando as palavras e filtros utilizados que condizem com o tema desse Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa gerou muitos resultados que não envolviam o tema em questão, por isso foi realizada uma filtragem tanto por títulos quanto por resumos, sobre os textos que envolveriam a área de pesquisa e o assunto estudado.

Em primeiro lugar foi realizado um levantamento dos textos presentes no site do CAPES após a busca através das palavras citadas acima, visando apenas a observação dos títulos destes. Ainda que a exploração analítica inicial tenha se revelado muito ampla, foi realizado um levantamento bastante criterioso, procurando contemplar diferentes áreas de estudos.

A primeira revisão dos textos encontrados se deu pelos títulos dos trabalhos e em alguns momentos uma rápida leitura dos resumos explicitados, com a finalidade de constatar a relação com os objetivos da pesquisa realizada. Além disso, nessa primeira análise, pode se observar que com a pesquisa da palavra-chave "alfabetização", houve um retorno de muitos resultados em que a

palavra estava sendo utilizada para abranger muitos textos que não tinham ligação com o tema apresentado, por isso no campo de área de conhecimento, foi especificado o filtro "educação especial", para que o conjunto de dados encontrados fosse minimamente próximo ao tema de pesquisa em recorte neste atual trabalho, pensando nisso também foi colocado esse filtro específico para limitar a pesquisa das demais palavras-chaves. Com esse novo recorte de parâmetros, o levantamento de títulos foi disposto em uma planilha para melhor organização dos grupos de acordo com seu título e tema apresentado em sua tese ou dissertação, interligando-os com as palavras-chaves destacadas na pesquisa.

Após essa análise mais profunda dos textos encontrados, foram selecionados 16 trabalhos que de alguma forma se conectaram com os objetivos desta pesquisa. Pensando nisso não foram selecionados trabalhos que: i. apresentassem o termo alfabetização para se referir apenas as crianças fora da educação especial; ii. trouxessem pesquisas que não se encaixam no tema de alfabetização de alunos com necessidades especiais; iii. trabalhos que compreendessem crianças com necessidades especiais fora do recorte Síndrome de Down e Espectro Autista; iv. tópicos que possuíssem pesquisas com relação a educação especial dentro das escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Logo após a separação dos trabalhos que seriam analisados como objetos desta pesquisa, foi identificada a demanda de agrupá-los de acordo com o seu determinado tema, pensando em obter um estudo mais específico dentro de uma mesma temática, para que assim houvesse maior possibilidade de debate-los.

Com o auxílio da planilha feita anteriormente a partir da separação dos textos, foi possível uma revisão de cada título, um a um, com a finalidade de separar as palavras comuns entre eles, para obter certa definição dos parâmetros. Desta forma foi possível detectar a existência de 5 possíveis grupos que podem guiar a análise. No primeiro olhar, foi difícil pensar em como dividir os textos selecionados em grupos que se diferem entre si, porém após uma reflexão mais aprofundada, através da leitura dos títulos e resumos de cada texto, pode-se formar os grupos separando-os em: 1. Alfabetização inclusiva; 2. Um recorte na alfabetização para Vygotsky; 3. Prática pedagógica com crianças

da Educação Especial; 4. O ensino de alunos do espectro autista; 5. O desenvolvimento escolar de crianças com Síndrome de Down. Os 16 trabalhos separados estão dispostos abaixo de acordo com os grupos definidos acima.

Grupo 1 - Trabalhos que tematizam a alfabetização inclusiva

Neste conjunto se encontram trabalhos que apresentam discussões sobre alfabetização inclusiva, sendo 1 tese de doutorado e 3 dissertações de mestrado, com um total de 4 pesquisas.

1. CHIZZOLINI, Gabriela Cabral. **Emergência de nomeação de letras a partir do emparelhamento auditivo-visual em crianças com síndrome de down e autismo via ensino remoto**. 2021. 99f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações. UFSCar, São Carlos - SP. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15319>

2. MUNIZ, Joice Daiane. **Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa**. 2019. 131f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11916>

3. OLIVEIRA, Esmeralda Aparecida de. **Letramento emergente, consciência fonológica e leitura de alunos com deficiência intelectual no ensino regular'** 02/07/2014 77 f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações. UFSCar, São Carlos - SP.

4. SIMIONI, Sonia Maria Rodrigues. **Programa Ler e Escrever e o processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual no Ensino Fundamental**. 2016. 225f. Tese de Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP.

Grupo 2 - Trabalhos que fazem um recorte na alfabetização para Vygotsky

Este agrupamento corresponde aos trabalhos que discorrem sobre um recorte na alfabetização para Vigotski, apresentando uma discussão com a educação inclusiva, os trabalhos dessa seleção foram 2 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado.

1. BAFICA, Ana Paula Souza. **Como ensinamos/Aprendemos a ler? As propostas de formação para a prática pedagógica da leitura.** 2015. Undefined f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Santa Cruz, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus - BA.

2. BUZETTI, Miryan Cristina. **Compreensão de professores de instituição especializada sobre leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual.** 2015. 125f. Tese de Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP.

3. MONTEIRO, Alzenira Barcelos. **Alfabetização: Abordagem discursiva voltada para o processo de ensino aprendizagem das relações sons e letras e letras e sons.** 2020. 267f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Ufes e Biblioteca Setorial do Centro de Educação, Vitória - ES.

Grupo 3 - Discussões sobre a Prática Pedagógica com crianças da Educação Especial

Os trabalhos abaixo foram selecionados por trazerem uma visão sobre a Prática Pedagógica relacionando-a com a alfabetização de crianças com necessidades especiais, são parte das discussões apresentadas 2 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado.

1. ALVES, Augusto Marques. **Avaliação da aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual: análise de teses e dissertações brasileiras.** 2018. 117f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar. São Carlos - SP.

2. ANUNCIAÇÃO, Livia Maria Ribeiro Leme. **Ensino itinerante na Educação Infantil: Investigando as práticas docentes.** 2017. 166f. Tese de

Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária - BCo UFSCar. São Carlos - SP.

3. RIBEIRO, Thereza Makibara. **Alunos com deficiência intelectual nos anos iniciais: análise das práticas pedagógicas no contexto do PNAIC.** 2018. 95f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da UFSCar. São Carlos - SP.

Grupo 4 - Pesquisas que discorrem sobre o ensino de alunos do espectro autista

Os trabalhos abaixo fazem parte de um agrupamento que aborda o ensino de alunos do espectro autista e como se dá seu processo de alfabetização, fazem parte desse recorte 3 pesquisas e todas são dissertações de mestrado.

1. GALLO, Giulia Calefi. **Ações de professores de escolas regulares com crianças com transtorno do espectro autista.** 2016. 100f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

2. MANZINI, Ana Carolina Gurian. **Aplicação condensada das três primeiras fases do pecs em uma menina com transtorno do espectro do autismo.** 2019. 77f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar. São Carlos - SP.

3. MILLAN, Ana Elisa. **Equivalência de estímulos e o ensino de habilidades rudimentares de leitura para alunos com autismo.** 2017. 93f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da UFSCar. São Carlos - SP.

Grupo 5 - Trabalhos que apresentam o desenvolvimento escolar de crianças com Síndrome de Down

Nesta seleção estão pesquisas agrupadas sobre o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down, que discutem como se dá o processo de

alfabetização desses alunos. O total é de 3 trabalhos, todas sendo dissertações de mestrado.

1. ANICETO, Gabriela. **Levantamento de repertório de linguagem em crianças pequenas com Síndrome de Down.** 2017. 140f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional UFSCar. São Carlos - SP.

2. BATISTA, Mirian Vieira. **Promoção do letramento emergente de crianças com Síndrome de Down.** 2016. 129f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

3. FERREIRA, Aline Nathalia Marques. **Escolarização de aluno com Síndrome de Down na escola: um estudo de caso.** 2016. 136f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

CAPÍTULO II - COMO A ALFABETIZAÇÃO TEM SIDO DISCUTIDA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Como parte da construção deste trabalho, neste capítulo será apresentada uma breve revisão de cada texto selecionado, a fim de construir uma discussão em relação ao tema em questão, procurando entender o que se têm discutido sobre a alfabetização dentro da educação inclusiva, para tal o capítulo está dividido de acordo com os grupos apresentados no capítulo anterior.

2.1. Grupo 1 - Trabalhos que tematizam a alfabetização inclusiva

Nesse grupo discutiremos cinco trabalhos, sendo 2 teses de doutorado e 3 dissertações de mestrado, a fim de que o leitor conheça os modos pelos quais a alfabetização inclusiva está sendo discutida através da análise de cada pesquisa pensando em compreender e discutir cada trabalho.

2.1.1. CHIZZOLINI, Gabriela Cabral. Emergência de nomeação de letras a partir do emparelhamento auditivo-visual em crianças com síndrome de down e autismo via ensino remoto. 2021. 99f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal de São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações. UFSCar, São Carlos - SP.

A dissertação de mestrado “Emergência de nomeação de letras a partir do emparelhamento auditivo-visual em crianças com síndrome de down e autismo via ensino remoto”, foi escrita por Gabriela Cabral Chizzolini, graduada em Psicologia (2019), pela Universidade Federal de Mato Grosso, em Rondonópolis, mestrado em andamento em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, graduação em andamento em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos. Monitora no Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, atuando na formação de profissionais para o ensino, treinamento e modificação de comportamentos de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

O trabalho desenvolvido por ela, em 2021, foi orientado Prof^a Dr^a Lidia Maria Marson Postalli – Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino – dissertação essa que é parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial). A leitura deste texto é recomendada para aqueles que possuem interesse em discutir a importância de avaliar os procedimentos de ensino adotados durante o contexto remoto, imposto pela pandemia de Covid-19, pensando nas crianças público-alvo da educação especial.

Para a escrita dessa dissertação a autora fez uma pesquisa com quatro alunos, de ambos os sexos, com idades entre seis e onze anos, três deles com Síndrome de Down e uma com Transtorno do Espectro Autista. As atividades desenvolvidas foram realizadas por meio de videoconferências através da plataforma Zoom, na qual era feito o compartilhamento de tarefas pela pesquisadora para os computadores dos participantes. Foram demarcadas múltiplas sondagens entre conjuntos de letras, sendo essas letras do alfabeto que foram separadas em um conjunto de duas letras e oito conjuntos de três letras. De acordo com a autora, a coleta de dados foi feita individualmente com cada participante, sendo constituída pela familiarização (pré-treino de nomeação e seleção) e pela aplicação do procedimento de ensino e avaliação.

Chizzolini inicia seu texto apontando o quanto o direito à educação é fundamental, durante todos os anos da educação básica obrigatória, sendo colocado na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado a garantia desse direito de forma gratuita, assim como a Política Nacional de Alfabetização, de 2019, que traz a grande necessidade de metodologias de ensino que tenham como base as evidências científicas, se adequem às necessidades e particularidades de cada criança, pensando no processo individual de aprendizagem de cada aluno, visando uma educação de qualidade que possibilite a inserção do indivíduo em sua cidadania.

A alfabetização se torna foco, já que é ela que proporciona o desenvolvimento de novas habilidades e aprendizagens, sendo ela parte responsável pela participação da pessoa na sociedade, sendo assim a aquisição da leitura e escrita é necessária para a independência e autonomia do futuro ser

social em diversos ambientes. Pensando nisso, a autora traz a expectativa da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que espera que o Estado garanta a participação de alunos público-alvo da educação especial no ensino regular, porém existem muitas dificuldades na inclusão efetiva desses alunos. Com isso se vê a necessidade de mudanças reais na estrutura do ensino, considerando o atendimento de todas as crianças, respeitando as suas particularidades e visando o desenvolvimento de suas potencialidades.

A autora então traz o foco do seu trabalho para alunos com Síndrome de Down e autismo, trazendo para a discussão que de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o autismo e a deficiência intelectual são classificados como “transtornos do neurodesenvolvimento” e visando um melhor entendimento de seus leitores ela explica:

Pessoas com TEA apresentam déficits na comunicação e interação social em múltiplos contextos (APA, 2014). Estudos apontam que a dificuldade da linguagem oral pode contribuir para o fracasso na aprendizagem de leitura, principalmente relacionado à compreensão de leitura (Nation, Clarke, Wright & Williams, 2006). Conforme sugerido por Bailey e Arciuli (2020), alunos com TEA, até mesmo de alto funcionamento, podem apresentar dificuldades na compreensão de leitura, devido aos prejuízos apresentados na cognição social. Os autores destacaram a importância do desenvolvimento de procedimentos de ensino adicionais, como habilidades de direcionamento de instrução. (CHIZZOLINI, 2021, p.18)

Além disso, a autora volta sua atenção para os alunos com Síndrome de Down, onde descreve que por causa de algumas características da síndrome em si, os alunos em questão têm maior dificuldade em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, sendo ela então geralmente acompanhada pela deficiência intelectual.

Pretendendo a continuação da discussão, Chizzolini traz a importância da evolução das condições de ensino, para que este atenda as necessidades e especificidades de cada criança, pensando em métodos diferenciados para alfabetizar esses alunos, desejando a efetividade da aprendizagem da leitura e escrita por esses indivíduos a autora diz:

[...] devem ser considerados múltiplos métodos de ensino, definidos (i) pela natureza linguística, que indica certos procedimentos de ensino; (ii) pelas características de cada grupo

de crianças; (iii) e também pelo fato que cada criança possa necessitar formas diferenciadas de ação pedagógica. (CHIZZOLINI, 2021, p.19)

Para atestar os resultados que ela traz em seu texto, Chizzolini mostra pesquisas em que evidenciam as dificuldades presentes na alfabetização de alunos com Síndrome de Down, pesquisas essas que mostram que essas crianças não são tão qualitativamente diferentes daqueles com desenvolvimento neurotípico, então eles também se beneficiam pelo ensino através da consciência fonológica, desde que haja adaptação de acordo com suas demandas pessoais. Porém aqueles com Transtorno do Espectro Autista não apresentam os mesmos resultados quando utilizado o mesmo sistema de ensino, sendo necessária uma educação mais específica pensada para eles visando a obtenção das habilidades de leitura e escrita.

Refletindo sobre essa questão a autora relembra o enfoque pesquisado, a alfabetização desses alunos durante a pandemia de Covid-19, já que além das dificuldades enfrentadas no dia a dia desses indivíduos, houve também o enorme déficit na educação que a pandemia trouxe, o que gerou a necessidade de rever todos os métodos de aplicação do ensino, para que ele se encaixasse na nova realidade do uso de recursos tecnológicos para a transmissão do conhecimento a todas as crianças, inclusive aquelas público-alvo da educação especial, por isso que a autora coloca em sua pesquisa a importância de se medir o desempenho dessas crianças durante seu processo de aquisição da leitura e escrita, sendo assim ela segue seu texto descrevendo os passos de seu método de alfabetização e as evoluções de cada entrevistado em sua dissertação.

Concluindo, Chizzolini finaliza seus pensamentos nos resultados obtidos que revelam que os participantes apresentaram um aumento da nomeação correta das letras, o que demonstrou que o emparelhamento auditivo visual favorece a nomeação correta das letras e que o procedimento de ensino aplicado:

Pode ser uma alternativa viável para estabelecer o reconhecimento de letras e a emergência de nomeação com pessoas público-alvo da educação especial, de forma a contribuir no início do processo de ensino aprendizagem desses alunos, suplementando o ensino da escola regular, já que pode auxiliar a aquisição e manutenção do repertório de conhecimento do alfabeto, pontuado como processo de alfabetização. (CHIZZOLINI, 2021, p.79)

2.1.2. MUNIZ, Joice Daiane. Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa. 2019. 131f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP.

A dissertação de mestrado “Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa”, foi escrita por Joice Daiane Muniz, que possui graduação em Licenciatura em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), além de um mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Essa dissertação foi apresentada como parte do requisito para obtenção de título de Mestre em Educação Especial, em 2019, orientado pela Prof^a Dr^a Marcia Duarte Galvani. Esta pesquisa é recomendada para aqueles que procuram abordar a temática da adaptação do currículo regular dos conteúdos de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa.

O currículo escolar entra em discussão no texto de Muniz, já que ele reflete a prática pedagógica presente dentro das salas de aula, ele se torna não somente um objeto que considera apenas os valores sociais e culturais, mas também os interesses pedagógicos e políticos. A teoria inicial de currículo foi a tradicional, que tinha como foco a produtividade e a eficiência, através de atividades repetitivas e de memorização, onde o aprendizado era medido através de testes orais, escritos e objetivos, além de provas e trabalhos de casa, por isso se tornou necessária a construção de teorias pós-críticas, que não constitui uma teoria unificada e coerente, mas uma série de perspectivas variadas que compreendem uma diversidade de campos.

Esse conjunto teórico busca identificar as diferenças sociais e culturais nos espaços escolares e, mais que isso, propõe ações para as superar, por meio da valorização do multiculturalismo, sendo essa posição teórica a mais aceita nos dias atuais. (MUNIZ, 2019, p.2)

Com isso, o currículo escolar é um documento norteador que viabiliza o processo de aprendizagem e ensino, e ao desenvolver um currículo que tenha como base as teorias pós-críticas, às instituições de ensino conseguem em conjunto com os órgãos públicos decidir aquilo que é mais importante para seus alunos, visando suprir suas necessidades e apresentar condições para compreender sua realidade de maneira que estes consigam atuar na sociedade criticamente. Refletindo então que o currículo escolar é o responsável por nortear as ações dos professores, ele também é de extrema importância para a elaboração do ensino de alunos com necessidades especiais, já que é através dele que é exigido a inserção de atividades que promovam a inclusão escolar.

Os professores devem oferecer atividades que promovam a inserção e participação escolar, por meio de práticas pedagógicas e materiais diversificados. Para o aluno com deficiência intelectual, a inclusão escolar pode não só proporcionar a incorporação e ampliação de conhecimentos, mas também favorecer seu desenvolvimento. (MUNIZ, 2019, p.4)

Por essa razão a escola inclusiva encara diversos desafios, uma vez que a singularidade de cada aluno público-alvo da educação especial demanda um planejamento construído diariamente, procurando diferentes estratégias de aquisição do conhecimento por parte desse indivíduo. Com isso se ressalta a importância da construção de um currículo além do tradicional, tão necessário para a instituição que visa o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência.

Além da relevância da mudança no currículo, Muniz destaca o grande valor que o pensamento reflexivo dos professores em relação a sua própria prática tem para a melhoria dos resultados no desenvolvimento dos educandos visto que todas as crianças são capazes de aprender, portanto, a instituição escolar necessita organizar as atividades e os conteúdos visando a garantia do desenvolvimento de cada indivíduo em seu processo de aprendizagem da leitura e escrita. Pensando nisso a autora diz que a alfabetização é um processo que foi:

O resultado de uma ação de ensinar a aprender a ler e a escrever. Esse processo acontece de forma simultânea com o processo de letramento, em que o sujeito, ao saber ler e escrever, utiliza a escrita como uma forma de comunicação nas diversas práticas sociais, isto é, do significado ao processo de decodificação. (MUNIZ, 2019, p.12)

Durante a escrita de seu texto Muniz também percebeu que as crianças com deficiência intelectual demonstravam limitações no seu desenvolvimento cognitivo, o que atrapalha seu processo de aquisição da leitura e escrita, tornando-se muito importante as atividades pensadas nas individualidades desses alunos.

Como uma possibilidade de solução para essas dificuldades, a autora traz o ensino colaborativo ou coensino, que seria um “modelo de prestação de serviço oferecido pela Educação Especial”, visando um trabalho em conjunto dos professores da educação especial com os do ensino regular buscando cumprir objetivos em comum.

Para que ocorra uma inclusão efetiva, a parceria entre os professores deve implicar mudanças na forma de compreender o trabalho dos parceiros, bem como reflexões sobre suas atuações, e, sendo assim, os professores devem estar abertos para essas mudanças. (MUNIZ, 2019, p.18)

Foi estabelecido então, como objetivo geral da pesquisa em questão, a avaliação de adaptações curriculares durante o processo de alfabetização dos alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa e para isso a autora pontuou quatro objetivos específicos:

(a) caracterizar a prática pedagógica adotada pelo professor; (b) verificar o perfil dos alunos da classe no desempenho de leitura e escrita; (c) elaborar e aplicar uma proposta de intervenção em leitura e escrita inspirada no modelo colaborativo; (d) verificar a eficácia da proposta de intervenção. (MUNIZ, 2019, p.26 e 27)

Fizeram parte do estudo de Muniz, uma professora e 23 alunos do 2º ano, sendo parte desses um com o diagnóstico de deficiência intelectual. As observações realizadas pela autora, mostram o quanto a professora planejava diferentes atividades em grupo na tentativa de fazer com que o aluno com DI participasse das atividades, já que quando ele tentava realizar sozinho se dispersava facilmente ou se recusava a realizá-las. Além da adaptação das atividades, a pesquisadora ressalta a importância da rotina como parte estratégica para melhorar a organização e diminuir a ansiedade dos alunos, inclusive do aluno especial, já que a rotina é a responsável por nortear os acontecimentos dentro da sala de aula.

Muniz relata também a dificuldade de se colocar em prática a parceria colaborativa entre a profissional da educação especial e a professora, mesmo

que as duas estejam na escola elas não trabalham no mesmo período, sendo assim as duas quase não se encontram, e mesmo com a disponibilidade de materiais e práticas pedagógicas diversificadas, ambas não conseguem se ajudar para desenvolver a aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial, porém, mesmo com essa dificuldade, para autora:

O professor, como alfabetizador, tem papel fundamental nesse momento de desenvolvimento do aluno. É imprescindível valorizar o conhecimento do aluno, independentemente do nível de escrita que ele se encontra, compreendendo o saber da criança naquele momento e motivando-a a aprender ainda mais, por intermédio de atividades dirigidas e produções voltadas à necessidade naquele período de evolução da escrita. (MUNIZ, 2019, p.80)

Para concluir a autora traz em suas considerações finais os resultados de suas reflexões, voltando a dizer o quanto é relevante a criação de um currículo diversificado, pensado nas particularidades de cada aluno, além disso ela relembra também a importância da mudança na prática pedagógica dos profissionais da educação, para que eles possam estar em constante reflexão sobre sua própria prática, por esse motivo, ela finaliza dizendo que seria de grande valia a implementação de uma prática colaborativa nas escolas que atendem alunos com necessidades especiais, visando a evolução da transmissão de conhecimento por parte desses profissionais.

2.1.3. OLIVEIRA, Esmeralda Aparecida de. Letramento emergente, consciência fonológica e leitura de alunos com deficiência intelectual no ensino regular. 02 de julho de 2014. 77 f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações. UFSCar, São Carlos - SP.

O texto em destaque é uma Dissertação apresentada ao Programa de Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial), sob orientação da Prof.^a Dra. Tânia Maria Santana de Rose. A autora Esmeralda Aparecida de Oliveira, é graduada em Psicologia (2010) e seu principal objetivo é entender em que medida os alunos inseridos na escola inclusiva têm condições de obter um

melhor aproveitamento em leitura e escrita, e como esses alunos podem ser beneficiados por um ensino dirigido também para as aprendizagens acadêmicas.

Refletindo sobre isso, a autora relata que um dos grandes obstáculos da educação inclusiva é garantir às crianças com necessidades especiais o acesso ao currículo implementado para os demais estudantes, já que o planejamento e o currículo, propostos em uma escola inclusiva, à criança com deficiência intelectual devem:

Gerar experiências que promova não só a minimização das dificuldades, mas principalmente o desenvolvimento de novas habilidades e o aperfeiçoamento de habilidades positivas que o aluno já possui; destacar que comportamentos desejados (por exemplo, atenção, escrita, leitura, uso dos materiais escolares, participação nas brincadeiras), dos alunos com deficiência, são favorecidos pelo convívio com modelos de comportamentos de alunos sem a deficiência; avaliar criteriosamente os progressos específicos (por exemplo, leitura, escrita, coordenação motora fina) e que tenha um registro deles, a fim de que objetivos apropriados sejam progressivamente traçados. (OLIVEIRA, 2014, p.17)

Conforme a autora relata, existem pesquisas sobre o processo de apropriação da leitura que têm permitindo uma maior compreensão de conhecimentos e aprendizagens, que se relacionam ao processo de apropriação da leitura, se desenvolvem desde a primeira infância, através de vivências que a criança tem com a linguagem escrita dentro da educação infantil e de seu próprio ambiente familiar.

Por esse motivo, surge a perspectiva do Letramento Emergente, que presume que a aquisição de habilidades como leitura e escrita são parte de um desenvolvimento contínuo, que se inicia desde o começo da vida do indivíduo. Essa teoria sugere então que as delimitações entre leitura e pré-leitura, escrita e pré-escrita não são explícitas, isso levando em consideração a aquisição de conhecimento durante a Educação Infantil, a qual é a base para o ensino formal da leitura e da escrita que acontecerá ao longo das séries iniciais do Ensino Fundamental. O Letramento Emergente se desenvolve através do processo constante de:

Contatos informais que a criança desde pequena tem com materiais escritos e das observações dos usos que o adulto faz destes materiais, o entendimento das funções da escrita de forma lúdica, os conhecimentos sobre os aspectos formais da

escrita, tais como: domínio das convenções da escrita, consciência fonológica, consciência fonêmica, correspondência entre o que é falado e o que pode ser escrito, compreensão da estrutura e organização do texto escrito (...), conhecimento sobre conteúdo da escrita (...), e conhecimento das letras. (OLIVEIRA, 2014, p.22)

De acordo com a autora, as crianças aprendem sobre a escrita por intermédio da leitura em alta voz feita pelo adulto, ao perceber que o sistema usado para a escrita é feito de cima para baixo, da esquerda para direita, aprendendo a disposição correta de um livro para que a leitura aconteça, como folheá-lo, virando as páginas uma por vez. Começam a entender as diferenças entre figuras e letras, e que para escrever são utilizadas as letras, sílabas e palavras, sendo possível formar frases e textos, com isso, compreendem qual é seu próprio nome, através da observação de seus objetos pessoais, aprendem a reconhecer o próprio nome nos materiais escritos, e quando começam a desenvolver a leitura de histórias, seja movida pelas figuras ou não, procuram absorver aquilo que foi lido, associando aquilo que está vendo com o que já vivenciou em sua vida ou tentando relacionar aos conhecimentos prévios já obtidos.

Sendo assim Oliveira traz a discussão o processo de alfabetização e letramento, algo que ocorre de forma paralela e interdependente, um não existe sem o outro. Quando se aprende um, começa a aprender o outro. Por isso são descritos como processos indissociáveis, porém distintos pensando no processamento cognitivo, ou seja, a alfabetização é a parte técnica, aquela que domina os códigos da leitura pensando na relação fonema/grafema não sendo um pré-requisito para o letramento em si, já que como a autora destaca, “Não é preciso primeiro aprender a técnica para depois aprender a usá-la. É necessário ensinar a alfabetização ao mesmo tempo em que se incentiva o letramento” (OLIVEIRA, 2014, p.26)

A suposição de que a leitura e a escrita não são possíveis para os alunos com deficiência intelectual, já que, na visão de muitos, crianças com essa deficiência não são capazes de aprender e se desenvolver, era uma visão pessimista que vem sendo confrontada, visto que existem cada vez mais pesquisas que mostram que esses indivíduos conseguem demonstrar a

capacidade de aquisição da leitura contanto que haja uma condição apropriada para o ensino desses alunos.

Para assegurar essa verdade em relação a apropriação de conhecimento dos alunos público-alvo da educação especial a autora realizou uma pesquisa com cinco crianças com deficiência intelectual, de uma cidade pequena do interior de São Paulo, presentes em uma escola regular da cidade, além deles participaram do estudo duas professoras da Sala de Recursos, duas mães, um pai e um responsável de um dos alunos. A pesquisa teve como objetivo:

Examinar o letramento emergente e as competências em leitura previstas para as séries iniciais do ensino fundamental. Procurou-se descrever o repertório relativo aos componentes do letramento emergente (o interesse pela leitura de livros, a participação ativa em leitura, a leitura de faz-de-conta, o conhecimento sobre as funções da escrita e sobre as convenções da escrita, o conhecimento das letras, o desenvolvimento das concepções sobre a escrita e o reconhecimento de palavras funcionais comuns no meio da criança), e ao repertório relativo aos vários componentes requeridos para o aluno tornar-se um leitor (tornar-se capaz de usar linguagem oral e vocabulário, consciência fonológica, consciência fonêmica, decodificação de palavras, fluência e compreensão) (OLIVEIRA, 2014, p.45)

A autora relata que os resultados obtidos mostram que os alunos não tinham um repertório anterior de palavras funcionais, ou seja, palavras usadas no cotidiano, inclusive Oliveira diz que o estudo demonstrou que essas crianças não tinham domínio alfabético, além de um baixo conhecimento da leitura de faz-de-conta, algo que ela destaca como sendo de suma importância, já que é esse tipo de texto que permite a construção de percepções sobre seu grau de conhecimento da leitura e da escrita.

Uma das dificuldades relatadas por Esmeralda Oliveira, foi em relação aos critérios parcialmente precisos e genéricos usados para a transmissão de conhecimento aos alunos com deficiência intelectual, principalmente pelo fato de que a definição do que é deficiência intelectual não ser muito concreta no ambiente estudado. Mesmo assim a escritora descreve que a sua pesquisa trouxe:

O presente estudo proporcionou evidências empíricas acerca do aproveitamento em leitura de um grupo de alunos, baseadas na aplicação de instrumentos de avaliação dos componentes do letramento emergente e da leitura, adequados e confiáveis.

Neste sentido, contribui para disponibilizar instrumentos precisos que poderiam ser utilizados para avaliar os componentes de leitura em amostras maiores e diversificadas e compará-los. (OLIVEIRA, 2014, p.56)

O estudo de Oliveira comprova então, a necessidade de oportunidades verdadeiras para o ensino da leitura e escrita dos alunos com deficiência, mas para isso se mostra de extrema importância a formação continuada de professores na área de educação especial, visando cada vez mais a existência de profissionais capacitados para o exercício da pedagogia inclusiva dentro das salas de aula, de forma a criar maneiras para a mudança do currículo escolar pensando que essas crianças com desenvolvimento atípico são tão capazes quanto aquelas consideradas “normais”.

2.1.4. SIMIONI, Sônia Maria Rodrigues. Programa Ler e Escrever e o processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual no Ensino Fundamental. 2016. 225f. Tese de Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP.

Esse texto foi feito como exame de Tese de Doutorado, para o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação Especial – Área de concentração: Educação do Indivíduo Especial. A autora Sônia Maria Rodrigues Simioni é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde possui também um Mestrado em Educação (2005) e Doutorado em Educação (2013). Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, sua área é educação inclusiva, educação especial, prática pedagógica e pesquisa científica, além de ser Coordenadora do Núcleo de Apoio à Inclusão da Faculdade de Educação/UEMG.

A atual pesquisa fala sobre o Programa Ler e Escrever que é utilizado nas escolas presentes na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, desde 2007, o qual possui o objetivo de reverter o fracasso escolar relacionado à alfabetização de crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pensando na perspectiva de profissionais que atendem alunos com deficiência intelectual

(DI), já que o programa se refere a uma política pública que abrange todos os alunos, incluindo aqueles público-alvo da educação especial.

Ao refletir sobre isso, a autora resolveu desafiar professores para que construam novas propostas pedagógicas pensando no ensino de alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, os quais necessitam de novos métodos de ensino, da mediação do professor, de adaptações do currículo escolar e que precisam, de alguma forma, serem notados dentro da sala de aula, algo que a política educacional paulista tem tentado garantir através de ações imediatistas, que quase nunca duram e ainda possuem resultados em parte duvidosos.

Para abrir a discussão sobre a garantia da alfabetização de alunos com DI, Simioni traz seis ações que podem assegurar tal direito:

a) encontros semanais dos Professores Coordenadores nas diretorias de ensino(...); b) a reorganização de classes exclusivas com alunos que apresentam dificuldades ou defasagens na aprendizagem a fim de garantir que esses avancem para os anos seguintes do ensino fundamental sem dificuldades em leitura e escrita; c) a presença de um "aluno pesquisador" (...); d) a produção e distribuição dos materiais do Programa Ler e Escrever para todos os alunos e professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental; e) disponibilização de materiais complementares (...); f) acompanhamento sistemático da equipe pedagógica (SIMIONI, 2016, p. 28 e 29)

O Programa se mostra importante, para que se possa garantir o atendimento de todos os alunos de salas regulares do ensino fundamental da rede pública, pensando em assegurar um ambiente inclusivo que apoie o desenvolvimento dessas crianças. Entretanto, um questionamento que se destoa é de que será que esse Programa contempla alunos da Educação Inclusiva? Diante dessa questão se iniciaram novos estudos em relação ao Programa Ler e Escrever, a fim de analisar se algum deles contempla a inclusão, porém a pesquisa mostrou que tais estudos não contemplam a realidade inclusiva. Por esse motivo o Programa se mostra falho e além disso ele não considera a realidade das escolas, nem de docentes e discentes, já que se trata de uma política pública guiada pelas consequências e não pelas causas.

O Estado também falha ao não implementar a política da educação inclusiva já que os alunos carecem de auxílio estatal, o grande problema tem sido à falta de apoio, nas salas de aula em suas unidades estaduais, às crianças público-alvo da educação especial, além disso os profissionais da educação

dependem apenas do suposto apoio do Programa Ler e Escrever, sem a ajuda de especialistas que atuam na área da educação especial, que poderiam trabalhar junto com os professores para apoiar tanto o professor da sala comum quanto os alunos público-alvo da educação especial (PAEE).

É imperativo que os governos invistam na melhoria da qualidade do ensino, pois, enquanto as matrículas aumentam, o investimento na formação de professores não é proporcional para atender adequadamente esse público, e como a autora relata, mesmo que existam alunos com deficiência nas classes regulares da escola, eles são negligenciados, esquecidos e excluídos por serem rotulados como deficientes e por não terem profissionais capacitados para atendê-los acabam por fazerem parte de uma inclusão excludente.

A autora fala que atender alunos com deficiências de desenvolvimento em uma escola regular requer ampla reestruturação e mudanças na cultura escolar que enfatizam o necessário treinamento adicional do pessoal escolar. Especialmente no que diz respeito ao trabalho do professor, deve-se notar que ele faz seu trabalho pedagógico sozinho em sala de aula.

Para realizar uma pesquisa mais aprofundada em relação ao Programa Ler e Escrever a autora buscou fazer uma coleta de dados com professores que atuam com alunos público-alvo da educação especial simultaneamente com o Programa, porém observou-se que nenhum dos participantes havia feito cursos especiais para auxiliar os alunos com DI, o que lhes daria pelo menos algum conhecimento sobre as características associadas à deficiência e como esses alunos processam as informações.

Como a inclusão é um direito subjetivo, ela exige um processo que precisa da mobilização de todos os segmentos da sociedade, principalmente das universidades, já que são elas que devem revisar e reestruturar seus currículos durante a graduação para que as atividades de aprendizagem levem a um ensino de qualidade dentro das escolas.

O que pôde ser observado na pesquisa, em relação aos alunos com deficiência intelectual foi que, mesmo os professores criando um plano de trabalho apresentado precocemente, eles não recebiam tarefas correspondentes ao seu nível de ensino, inclusive não ocorria, a pedido da coordenação, a

recomendação de exercícios direcionados especificamente a essas crianças, nem mesmo para as outras que tinham alguma dificuldade de aprendizagem e não conseguiam acompanhar a turma na realização das atividades propostas pelo Programa.

De acordo com a Simioni, nos últimos anos, muitos estudos destacaram o histórico de fracasso escolar para alunos da educação especial e, principalmente, para alunos com deficiência intelectual. Já outros pesquisadores têm demonstrado que para obter bons resultados é necessário o investimento no potencial educacional desses indivíduos. Por esse motivo, se fazem tão necessárias as pesquisas que buscam chegar ao centro dos desafios, ou seja, a necessidade de se criar condições pedagógicas para que as crianças com deficiência intelectual frequentem a escola.

Propondo que a política pública de São Paulo deveria, entre outras coisas, alfabetizar todos os alunos, participantes da rede pública, até os oito anos de idade, algo também foi proposto pelo governo federal, ela é então a responsável por garantir o direito de alfabetização a todos, incluindo alunos com dificuldades de aprendizagem que precisam de reabilitação ao final do período letivo e, já que o conselho estadual não exclui alunos com deficiência intelectual, isso engloba toda criança em período escolar, sendo necessário enfatizar que os alunos com DI também são estudantes deste sistema. Além disso a escritora diz que:

Quanto à organização das atividades (...), observou-se que os professores em vez de serem os protagonistas da implementação, (...) tornam-se executores que, assim como para os alunos, não lhes é proporcionada uma relação formativa entre o professor/eles e o material do Programa.(...) esse material distancia-se da realidade da sala de aula e não oferece suporte ao professor que o habilite para uma prática docente real. (SIMIONI, 2016, p.193 - 194)

A autora finaliza propondo que, os professores devem ser críticos, reflexivos e independentes na prática em sala de aula, porém o Programa não oferece condições para implementar essa proposta, pelo contrário, garante que o professor seja o executor de atividades que muitas vezes carecem de uma articulação pedagógica para atender a diferentes alunos e suas mais diversas necessidades no âmbito educacional.

Em relação aos esforços educacionais que procuram apoiar os alunos

com deficiência intelectual dentro das salas de aula, os professores acreditavam que esses alunos não eram capazes de alcançar o desenvolvimento da aprendizagem por causa da indisciplina e de sua deficiência, além disso declararam que suas rotinas lotadas de acontecimentos impediam o atendimento individualizado do aluno dentro da sala de aula. No entanto, houveram ações criativas dentro de uma sala de aula inclusiva, porém em outras salas, pode-se observar diversas atividades pedagógicas de exclusão, que não eram compatíveis com o nível de desenvolvimento escolar dessas crianças da educação especial. Com isso, Simioni conclui falando que para elaborar um currículo democrático que inclui a todos os alunos:

É preciso debruçar-se diante das políticas de formação dos docentes tanto na formação inicial como na formação continuada, abrirem-se diálogos entre as universidades e os sistemas de ensino da educação básica tendo em vista a sistematização de cursos de graduação aptos a formar professores com níveis condizentes às necessidades das escolas. (SIMIONI, 2016, p.196)

2.2. Grupo 2 - Trabalhos que fazem um recorte na alfabetização para Vigotski

Nesta parte serão discutidos três trabalhos, sendo dois deles dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, a fim de que o leitor conheça os modos pelos quais mostram a perspectiva de Vigotski em relação a alfabetização, seus pensamentos e questionamentos.

2.2.1. BAFICA, Ana Paula Souza. Como ensinamos/Aprendemos a ler? As propostas de formação para a prática pedagógica da leitura. 2015. Undefined f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Santa Cruz, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus - BA.

Este trabalho foi apresentado por Ana Paula Souza Bafica, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, do Programa de Pós Graduação em Formação de Professores da Educação Básica (PPGE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), essa dissertação tem seu foco na

área dos Processos de Alfabetização e Gestão de Sistemas Educacionais. O trabalho em questão foi orientado pela Prof.^a Dra. Maria Elizabete Souza Couto e tem como objetivo entender o processo de alfabetização.

Ao pensar em alfabetização, refletimos sobre um processo que combina a compreensão e apropriação de informações que nos são compartilhadas nas mais diversas situações. Entretanto, para alcançar o processo de alfabetização, cada pessoa passa por um caminho, muitas vezes, envolto de desafios, descobertas e com dificuldades para adquirir o sistema de escrita alfabética.

Por esse motivo, a autora afirma que a formação de professores não é apenas um aprofundamento de estudos teóricos, mas também uma ação centrada na pesquisa, ou seja, o ensino acompanhado pela pesquisa.

Visto que é esperado do professor da educação básica nada mais que a capacidade de ensinar com competência, para que os alunos possam assumir posições intelectuais e se posicionar ativamente na sociedade a qual faz parte. A determinação dessa função do professor parte de duas vertentes: a primeira, que a pesquisa e o ensino se articulam (...) e se diferenciam (...); e a segunda é que a pesquisa pode focar alguns aspectos do ensino, porém, não pode controlar todas as reações do docente em sala de aula e não pode dar conta da sua totalidade. (BAFICA, 2015, p.16)

Com isso, entende-se que a formação, a educação e a pesquisa visam alcançar êxito na prática educativa, seja no ensino da leitura e escrita, como também em qualquer outro âmbito da educação. É necessário então entender a importância do trabalho de um profissional experiente e responsável.

A autora cita a perspectiva histórica de Gumperz-Cook (2008), que mostra como a alfabetização ascendeu ao centro do espaço educacional nos dias de hoje e tem sido entendida como uma virtude moral associada ao seu uso. Portanto, um indivíduo alfabetizado era, e ainda é, aquele que é considerado o capaz de julgar algo bom ou razoável. Pensando nisso, o letramento é entendido como a capacidade de distinguir entre o apropriado e o necessário para a construção do conhecimento, com isso Simioni cita também a perspectiva de Soares sobre alfabetização e letramento:

O letramento seria a imersão na cultura escrita, participação em diversas experiências com a leitura e a escrita, interagindo com variados gêneros de material escrito; enquanto a alfabetização seria a consciência fonológica, relação fonema-grafema, habilidades de codificar e decodificar, traduzindo a forma sonora

da fala para a forma gráfica da escrita. Da inter-relação entre esses processos diferentes surge a ideia de uma alfabetização no contexto de letramento, ou seja, alfabetizar letrando. (BAFICA, 2015, p.22)

Quando se tem um olhar da “leitura como compreensão do que é lido”, isso faz com que o professor esteja atento ao fato de que a leitura é um recurso complexo, tanto para ser aprendido quanto para ensinar.

Essas perspectivas permitem a compreensão de que a decodificação é parte da leitura, porém não se limita a ela. Acreditando que ler é entender o sentido do texto e criar a partir dele novos sentidos, se vê a relação existente entre o conhecimento anterior que a criança já possui e a verdadeira compreensão de um texto.

Ao aprender a ler, a criança conecta o fonema com o grafema, ou seja, ao lembrar quais são as letras as conecta com seus sons. Depois disso, ela começa a explorar palavras e perceber sílabas. Esse sistema faz parte do desenvolvimento do cérebro, responsável por criar memórias permanentes que reconhecem termos familiares. Bafica então diz que a leitura é permeada por sentido e significado, que são desenvolvidos pelo leitor ao realizar a leitura de um texto, por isso ela relembra Vigotski (1926) que escreveu:

Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. (BAFICA, 2015, p.25 e 26)

Através disso Ana Bafica relata que o desenvolvimento de aquisição da leitura pode ser dividido em etapas: a primeira, denominada pseudoleitura, é configurada para adivinhar (seja com figuras ou letras); a segunda é a criança se concentrar em decifrar letras ou sílabas; a terceira etapa se dá quando a criança compreende que as letras são “representações arbitrárias dos sons que compõem as palavras”; e a quarta etapa, se caracteriza pela habilidade concreta da leitura.

Voltando a citar Vigotski (1998), a escritora discute o conceito de mediação criado por ele, trazendo o professor como mediador da ação da criança, usando como exemplo, do momento de leitura compartilhada que é onde as crianças e o professor assumem uma organização pessoal que permite o

envolvimento de cada um deles com a leitura que está sendo realizada, algo o qual a escritora relata que:

Essa estratégia não possui uma receita pronta. Ela parte de situações variadas que vão surgindo no decorrer do processo e que consiste em tirar o professor do centro dessa tarefa, envolvendo leitura silenciosa, leitura independente e preenchimento das lacunas do texto, que são obstáculos para compreendê-lo. (BAFICA, 2015, p.30 e 31)

A leitura se transforma em algo essencial na vida de uma pessoa desde o instante em que ela aprende a ler, tornando este exercício um momento de prazer e exposição a novos conhecimentos e culturas. Sendo assim, a ideia de que é apenas na escola que se adquire a habilidade de leitura, se torna antiquada, já que o ler existe desde as primeiras atividades feitas em casa. Entretanto, é necessário que existam possíveis materiais de leitura, assim a criança desperta o gosto da leitura ao interagir com ela, uma prática que é prolongada na escola, procurando o desenvolvimento pleno de leitores preparados para a vida em sociedade.

Ana Paula Bafica fala sobre os caminhos percorridos visando a conclusão de sua pesquisa, para justificar a grande importância de uma formação continuada para professores alfabetizadores, ela inicia essa parte mostrando as taxas de analfabetismo presentes no Brasil de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013):

Os estudos referentes ao processo de alfabetização merecem um destaque significativo no âmbito das pesquisas educacionais. Principalmente porque a realidade do analfabetismo e do abandono escolar no Brasil é assustadora. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 2012, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 8,7%, o que correspondeu ao contingente de 13,2 milhões de analfabetos. (BAFICA, 2015, p.51)

Portanto, olhando para esses fatos, compreendemos a urgência de um estudo que vise pesquisar a formação de pedagogos e analisar o material didático existente em relação ao processo de apropriação da leitura nos alunos de primeiro ano do Ensino Fundamental, visando o sucesso da futura prática escolar. Com isso, ressaltamos que a capacidade de ler e escrever constitui um indivíduo cada vez mais integrado e envolvido na sociedade. Por isso, é importante discutir propostas que busquem contribuir para a melhora do ensino

buscando a transformação de maneira que ele se torne mais acessível a todos os indivíduos.

De acordo com Báfica, a escola mudou, se tornou um direito de todos, aumentou seu papel social, as tarefas cresceram, a alfabetização se transformou em um processo que não começa e termina em apenas um ano, essas mudanças trouxeram um novo aspecto à prática docente, que dão lugar à autonomia e a (re)construção de uma ação consciente que inclui a formação continuada e, com isso, garante o desenvolvimento do conhecimento infantil.

Para finalizar seu texto, a autora relembra o quanto é complexo o papel do professor alfabetizador e destaca a importância da reflexão diária da prática pedagógica, pensando em ações para alfabetizar as diversas crianças presentes na educação básica, aquelas que vão se constituir através da leitura, pois é através dos livros que percebem o mundo.

Com a discussão aqui apresentada, ficou claro o desafio que é ensinar a ler. Reafirmamos a ideia que essa atividade é uma aventura que nos remete à reflexão da nossa prática e da nossa formação leitora. A aprendizagem da leitura não se esgota na escola, isso porque o leitor é dinâmico, curioso e dialógico, logo, quando bem direcionado, levará essa prática leitora para toda a sua vida. (BAFICA, 2015, p.105)

2.2.2. BUZETTI, Miryan Cristina. Compreensão de professores de instituição especializada sobre leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual. 2015. 125f. Tese de Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP.

A tese de doutorado “Compreensão de professores de instituição especializada sobre leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual” foi escrita por Miryan Cristina, que é graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), possui mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (2010) e doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (2015), também é pós-doutoranda pela Unesp-Marília na área de Educação e atualmente é bolsista da

Universidade Aberta do Brasil- CAPES, além de professora substituta da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professora da Prefeitura Américo Brasiliense. Sua principal área de atuação é: ensino de leitura e escrita, educação especial, adaptação curricular, deficiência intelectual e leitura e escrita.

O trabalho em específico foi orientado pela Prof^a Dr^a Maria Piedade Resende da Costa, em 2015, como tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Doutor em Educação Especial – Área de concentração: Educação do Indivíduo Especial. É recomendado para leitores que se interessem pela análise de qual é a compreensão de professores que ensinam crianças com deficiência intelectual em uma instituição especializada sobre o ensino de leitura e escrita.

Essa tese trata sobre o quanto é importante uma formação mais aprofundada para que o professor consiga entender o que é deficiência intelectual e como se dá o processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita desses alunos, para tal discussão a autora realizou 11 entrevistas com professoras que trabalhavam com o ensino de alunos com deficiência há mais de 3 anos, em quatro Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), localizadas no interior de São Paulo. As questões iniciais que a guiaram foram: Quais concepções de ensino de leitura e escrita do aluno com deficiência intelectual possuem os professores que trabalham com esses alunos? Quais são os apontamentos que as pesquisas nacionais têm sobre o ensino desses alunos?

De modo geral, o que foi analisado pela autora foi a concepção prática do ensino da leitura e escrita realizada por professores que trabalham com crianças com necessidades especiais em instituições especializadas de ensino. Para a realização de sua pesquisa a autora faz uma breve análise sobre o que significa a deficiência intelectual, trazendo documentos como o feito pelo MEC intitulado Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Intelectual, para pensar em como é extremamente delicado tentar definir apenas uma ferramenta para medir o funcionamento intelectual, por isso ela traz o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais que:

Associa a deficiência intelectual a dificuldades em, pelo menos, duas das seguintes áreas: a) comunicação, b) autocuidado, c) vida doméstica, d) habilidades sociais/ interpessoais, d) uso de recursos comunitários, e) autossuficiência, f) habilidades acadêmicas, g) trabalho h) lazer e i) saúde e segurança (BUZETTI, 2015, p.20)

Com essa discussão a deficiência intelectual fica definida pela Organização Mundial da Saúde como uma condição de desenvolvimento humano interrompido da capacidade mental da criança durante seu processo de desenvolvimento e como a autora diz:

Sendo assim, enfatizar o desenvolvimento, a aprendizagem e a avaliação, aliada a uma prática docente reflexiva poderia constituir a coluna vertebral de um plano de estudos, possibilitando realização das adequações curriculares, dando a devida atenção às necessidades educacionais especiais específicas. (BUZETTI, 2015, p.21)

Além da discussão sobre o significado de deficiência intelectual ela destaca a importância da formação em conjunto com a prática docente já que, para ela, nós educadores precisamos entender que a prática é mais eficaz e coerente quando ela é guiada pela teoria, pois é através dela que é possível a construção de um pensamento reflexivo do professor em relação a sua prática diária.

É através do processo de reflexão-ação-reflexão que surge a práxis docente, pois o professor deixa de ser um mero objeto de investigação e se torna o próprio sujeito da investigação, não se limitando apenas a generalizações dos conteúdos abordados pelos alunos, mas tornando-se o agente de mudanças. (BUZETTI, 2015, p.25)

Miryan Buzetti, acredita que para que possa existir a reflexão do professor sobre sua prática pedagógica é necessário uma boa formação, pensando que:

A formação inicial dos professores apresenta de certa forma uma dicotomia entre teoria e prática, enquanto a formação continuada tem primado pela proposição de cursos de complementação e/ou atualização dos conteúdos de ensino. (BUZETTI, 2015, p.26)

Com essa constatação se faz o questionamento da falta de aprofundamento durante a formação inicial do pedagogo em relação a escola inclusiva, principalmente, formando profissionais sem o conhecimento necessário para lidar com questões complexas como o ensino de alunos com

Deficiência Intelectual, por isso, para a autora, se torna indispensável a formação continuada para que o professor esteja em constante aprendizado, de forma que ele consiga entender as peculiaridades de cada aluno.

Em seguida a autora começa a discorrer sobre o ensino da leitura e da escrita, um processo que envolve a descoberta de um sistema diferente da linguagem oral, onde a criança aprende o que são as letras, seus sons, a formação de sílabas e palavras. Desejando se aprofundar no assunto, Buzetti traz autores como Vigotski, Luria, Demont, Ferreiro e outros, para discutir as mais diversas formas de pensamento sobre a aquisição da linguagem escrita pela criança.

Como a própria autora cita, para Vigotski, “o processo de aquisição da língua tem uma pré-história” (p.31), e por isso se faz necessário o estudo dos desenhos, gestos, jogos e brincadeiras feitas pela criança, de forma a tentar compreender a história que a criança está revelando através de seus movimentos.

Buzetti ao longo de todo o seu texto fala sobre a progressão do ato de aprender a ler e a escrever, descrevendo as diferentes perspectivas sobre o início da alfabetização, como por exemplo, para Luria a criança inicia seu processo de escrita com a fase dos “rabiscos indistintos”, depois passa para uma escrita com um “signo diferenciado”, para Demont, a aquisição da leitura e da escrita é muito complexa e requer “múltiplas habilidades cognitivas”, principalmente a habilidade metalinguística e, de acordo com esse autor, o leitor necessita entender a estrutura fonética da linguagem para depois compreender que existe um grafema diferente para cada unidade auditiva, já para Vigotski, “(...) a linguagem escrita requer, para seu desenvolvimento, um elevado grau de abstração por parte do aluno que a aprende. Trata-se de uma linguagem de pensamento, de representação.” (p.32).

Trazendo a perspectiva de Ferreiro, que se baseia na teoria piagetiana, já pode ser visto que existe certa diferença em relação a Vigotski, já que ela acredita que a aprendizagem é “um processo de construção, o qual se origina no interior do indivíduo por meio da interação com o meio” (p.35), para ela existem cinco níveis que mapeiam a evolução da escrita: o nível pré-silábico (a escrita por meio de linhas e curvas de tamanhos irregulares, ou a utilização de letras aleatórias); o nível silábico (a escrita de sílabas por estabelecimento de

uma letra que corresponde ou não ao som falado); o nível silábico-alfabético (onde o alfabetizando percebe a necessidade de se usar uma ou mais letras para representar as sílabas); a escrita alfabética (compreende a escrita como transcrição fonética da sua fala, porém ainda com erros ortográficos); nível alfabético (quando o alfabetizando já compreende a escrita alfabética e possui conhecimento das regras ortográficas).

Posteriormente, Buzetti retoma sua discussão para a alfabetização de alunos com deficiência intelectual, para tal ela traz duas maneiras para ensinar essas crianças, a primeira sendo “intervenções reducionistas” trazendo contribuições para o ensino de habilidades de maneira esporádica e descontextualizada, já a segunda sendo o oposto, combinando a oralidade, a leitura e a escrita, de maneira integrada com as áreas de conhecimento humano, pensando no desenvolvimento da leitura como um processo de posse de um objeto socialmente construído e não apenas a apropriação de uma técnica ou habilidade isolada.

Para a construção de seu pensamento ela traz autores como Montessori, a qual acreditava que as crianças com deficiência intelectual passam por processos cognitivos semelhantes aos de crianças “normais”, no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura e escrita, mas desde que sejam disponibilizadas situações estimuladoras apropriadas. De acordo com Buzetti, Montessori afirma que essas pessoas deveriam ser trabalhadas mais em aspectos pedagógicos do que médicos, trazendo o ensino da leitura e escrita como algo necessário para a vida, assim a criança é incentivada a ser autora de seu próprio ensino, sendo estimulada através de um método sensorial com materiais que indicam o próprio aprendizado da criança, um dos meios de alfabetização do método montessoriano é através de cartões com substantivos que são emparelhados a figuras com o objeto correspondente.

A fim de fundamentar sua pesquisa, Buzetti separa teses e dissertações sobre “o que dizem as pesquisas nacionais sobre o ensino de leitura e escrita para deficientes intelectuais” e conclui que:

A educação do aluno com deficiência intelectual precisa reconhecer a importância de se utilizar recursos e desenvolver estratégias específicas que favoreçam o desenvolvimento da linguagem, mobilizar as estruturas cognitivas e ampliar a interação entre os alunos. É preciso atribuir à escrita seu

verdadeiro status, não sendo apenas conteúdo escolar, mas uma linguagem que tem por finalidade a comunicação. (BUZETTI, 2015, p.60)

Com intuito de completar sua tese, Buzetti ainda traz entrevistas com 11 participantes, sendo todas professoras da APAE, com mais de três anos de experiência na Educação Especial, além de experiência com ensino de leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual.

Após isso ela traz as considerações finais encerrando seu texto dizendo que a grande maioria das profissionais não sabem definir o que é deficiência intelectual, o que traz uma enorme dificuldade em suas práticas cotidianas, ocasionando em atividades mecânicas sem objetivo e com pouca reflexão por parte do professor, sendo assim ela relembra o quanto é importante uma formação mais específica para o profissional que lida com as mais variadas particularidades presentes nas crianças da educação inclusiva, além disso ela traz também a reflexão sobre o quanto existem pesquisas na área que trazem soluções para esses problemas, mas que a maioria dos pedagogos não têm conhecimento sobre, o que traz uma prática cada vez mais engessada com resultados, muitas vezes, sem significados reais para a vivência do aluno.

2.2.3. MONTEIRO, Alzenira Barcelos. Alfabetização: Abordagem discursiva voltada para o processo de ensino aprendizagem das relações sons e letras e letras e sons. 2020. 267f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Ufes e Biblioteca Setorial do Centro de Educação, Vitória - ES.

Para obtenção do título de Mestre em Educação a autora, Alzenira Barcelos Monteiro, é a responsável pela dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, seu foco de pesquisa é nas Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão escolar e ela foi orientada pela Prof^a Dr^a Dania Monteiro Vieira Costa.

O foco inicial para investigação neste estudo foi observar os conhecimentos em relação à língua portuguesa que são adquiridos,

incorporados ou não durante a leitura e produção de textos, em uma sala de 3º ano do Ensino Fundamental, de uma escola municipal de Vila Velha onde está sendo trabalhada a alfabetização. Além disso, pretende-se implementar uma intervenção pedagógica nesta turma para promover o ensino-aprendizagem dos alunos. Entretanto, diante das verdadeiras necessidades desses indivíduos, a pesquisa foi além da observação e intervenção pedagógica.

A autora inicia contando que sua primeira experiência em sala de aula, já formada, quando ela se tornou professora substituta em uma turma de 1ª série (atualmente 2º ano), classe no início da alfabetização, ela relata que mesmo sendo inexperiente, tinha muita empolgação que a ajudava a contagiar as crianças e com isso elas se desenvolviam. Com isso ela traz também um problema que foi se criando, por estar conseguindo lecionar sem revisitar as teorias, ela acabava deixando estas de lado, continuando a prática sem estar acompanhada pela reflexão, ou seja, quando planejava suas aulas, não pensava em envolver as vivências das crianças no seu próprio aprendizado, desconsiderando, muitas vezes, o conhecimento adquirido pelo aluno na sua rotina diária, como exemplo da própria prática a autora relembra:

Para realizar o diagnóstico do nível de escrita da criança, trimestralmente propunha a escrita de listas de palavras e utilizava um caderno de registros a fim de acompanhar o desenvolvimento do nível de escrita das crianças. (...) Eis uma prática na qual os aspectos discursivos são totalmente desconsiderados. Hoje percebo que algumas crianças alfabetizadas dessa maneira, ao serem colocadas em situações de produção de textos, supõem que, ao escrever todo e qualquer texto, as palavras devem ser escritas uma embaixo da outra, levando algum tempo para compreender sobre a estrutura de textos, já que escrever é produzir listas de palavras. Apesar disso, recebia muitos elogios e era considerada uma ótima alfabetizadora. (MONTEIRO, 2020, p. 32)

Um tempo depois, novos estudos em relação ao ensino da leitura e escrita, começaram a ter destaque, principalmente os que destacavam o termo “letramento”, com isso Monteiro começou a estudar sobre essa perspectiva, adquirindo materiais que traziam o letramento como base. Através do letramento, foi possível entender a linguagem como extremamente discursiva, com isso Monteiro relata que iniciou sua busca pelo sentido de ensinar, para que os alunos consigam ver o sentido no aprender, percebendo que todos eles possuem como

direito adquirir o ato de ler e escrever em um contexto real de leitura e construção de textos.

Como parte da discussão a autora cita diversos escritores para discorrer sobre o processo de apropriação da linguagem escrita, destaca Goulart e Santos, que declaram a importância de se entender que a linguagem é um “processo de produção de sentidos”, que insere o indivíduo na sociedade, de forma a ampliar seu papel como cidadão. após isso coloca a opinião de Saussure que traz a língua como um “código independente do indivíduo”, já que ela é composta por um sistema de regras e estruturas. Já para Silva e Leite, a língua é imposta ao indivíduo, por ser um sistema sem possibilidade de modificação ou criação, pois é um sistema pronto determinado pela sociedade, composto por fatores que não podem ser influenciados por ideologias passageiras.

Pensando em continuar o desenvolvimento do texto, Monteiro fala sobre a complexa compreensão da relação entre as letras e os sons da fala, algo que se faz indispensável dentro do ensino durante a alfabetização:

As crianças na fase inicial da alfabetização têm um longo caminho a percorrer até tornarem-se leitoras e produtoras de textos e, nesse processo, estão sempre em busca dessa compreensão. Os métodos de alfabetização geralmente não têm dado conta efetivamente dessa formação. Possivelmente isso deve-se ao fato de se pensar a língua como um sistema de formas, desconsiderando as singularidades dos sujeitos e a falta de estabelecimento de limites dos enunciados, para que as crianças compreendam aquilo que estão estudando. É essencial trabalhar os aspectos linguísticos e cabe ao professor alfabetizador, ao pensar o estudo das relações sons e letras e sons (MONTEIRO, 2020, p.73)

Citando Vigotski, que acredita na estrutura do sujeito como um movimento dialético entre desenvolvimento e aprendizagem, que estão interligados desde o início da vida da criança. Já o “nível de desenvolvimento potencial”, diz a Vigotski muito mais sobre o desenvolvimento do indivíduo do que o nível real de desenvolvimento, pois este se refere a ciclos de desenvolvimento que já terminaram, é um fato do passado. Com isso, o futuro da criança se relaciona ao seu nível de desenvolvimento potencial, o qual é conhecido como um grupo de atividades o qual a criança não pode realizar sozinha, porém dirige com a orientação de alguém (um adulto ou outra criança mais experiente), ela se torna capaz de resolver.

Vigotski julga a linguagem como o elemento simbólico mais relevante na transmissão do comportamento e, segundo Freitas, Bernardes, Sampaio e Pereira (que são citados por Monteiro) é através do coletivo, de saberes, de valores e de objetos que estão presentes e disponíveis, por qualquer sociedade cujos cidadãos constroem sua visão de mundo e de si mesmos, (re)criando-se como seres humanos.

Desse modo, a perspectiva histórico-cultural de Vigotski apresenta-nos amplas e viáveis possibilidades de entender a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento por meio da mediação, considerando as experiências vividas pelas crianças. Nessa perspectiva, encontraremos os caminhos que facilitarão a investigação sobre a abordagem discursiva no processo ensino-aprendizagem sobre as relações sons e letras e letras e sons, pois entendemos que o conhecimento acontece a partir de um movimento de interação das várias relações entre os sujeitos aprendizes da língua materna e a mediação intencional realizada pelo professor. (MONTEIRO, 2020, p. 75)

No texto é citado Smolka (2017), que reflete sobre como os textos infantis são momentos de diálogo desde sua tentativa inicial. A partir disso, a leitura e escrita funcionam como integrantes da linguagem, chegando a afirmação de que nem toda fala é leitura, porém todo ato de ler e escrever é constitutivo da fala. Para Monteiro então, a linguagem se manifesta como um todo ando diz que a linguagem como um todo, tanto como “conjunto de formas” quanto como “discurso que remete a uma relação intersubjetiva constituída no próprio processo de enunciação marcada pela temporalidade e suas dimensões”. (MONTEIRO, 2020, p.82)

A mesma pensadora citada, fala sobre o processo de apropriação inicial da escrita, através de três pontos divergentes: a) carência ou incompetência, (crença na linguagem como um sistema com padrões imutáveis); b) construção individual do conhecimento (escrita como um objeto de conhecimento); c) interação ou interdiscursividade (aspecto fundamentalmente social das funções, condições e funcionamento do escrever).

A alfabetização é fundamentada na educação dos elementos menores da linguagem, abstraindo as informações reais processadas espontaneamente pelas crianças na instituição escolar e em seu exterior, pensando nas diversas necessidades que surgem durante a prática cotidiana, ou seja, a língua se torna apenas um "sistema de formas normativas". Foi observado pela autora que

durante sua pesquisa, a professora alfabetizadora utilizava apenas da repetição e reprodução de frases prontas, algo que, como pesquisadora, Monteiro não se sentiu confortável para impedir.

Logo, o termo alfabetização assumido na pesquisa em relação ao ensino e a aprendizagem das ligações entre sons e letras e letras e sons, postula-se que os alunos buscam entender como sucedem estas relações acerca de uma incessante movimentação para o diálogo, reflexão e responsividade. Visto que a alfabetização é uma prática cultural e social, tendo textos como embasamento para a defesa de uma perspectiva enunciativa discursiva de linguagem, a qual procura uma reflexão de todos envolvidos no processo alfabetizatório, visando uma formação de indivíduos mais críticos e criativos, preparados para realizar seu papel na sociedade.

Trazendo a alfabetização como uma das áreas mais relevantes da escolarização, se não a mais relevante, a autora traz questionamentos sobre o que ocorreu na aprendizagem das crianças em fase de alfabetização durante a pandemia, já que, na época que escreveu o texto, não era possível pensar ainda o retorno às salas de aula, com isso as crianças continuaram seus estudos em casa sem a mediação do professor, algo extremamente importante para o desenvolvimento da linguagem, por isso a autora destaca a relevância da necessidade de, no momento do retorno para a escola, os profissionais da educação pararem para dedicar tempo a escuta das vozes internas da criança, que ficou “presa” em casa durante a pandemia.

2.3. Grupo 3 - Discussões sobre a Prática Pedagógica com crianças presentes na Educação Especial

A seleção dos trabalhos desse grupo foi feita através da análise e separação de textos que trazem uma visão sobre a Prática Pedagógica e a relacionam com a alfabetização de crianças com necessidades especiais, são parte da seleção apresentada 2 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado.

2.3.1. ALVES, Augusto Marques. Avaliação da aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual: análise de teses e dissertações brasileiras. 2018. 117f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar. São Carlos - SP.

Augusto Alves inicia sua dissertação relatando que é professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) há 12 anos, na época da publicação do texto, ele também conta que iniciou a carreira no Magistério em 2006, e seu primeiro trabalho foi em uma escola da rede pública estadual de Ensino Fundamental e Médio. Conta um pouco sobre sua experiência de vivenciar diariamente as dificuldades de receber, acompanhar, desenvolver atividades e avaliar alunos público-alvo da Educação Especial, principalmente, aqueles com deficiência intelectual. Com a visão de superar dificuldades encontradas na vivência diária com os alunos especiais, o autor buscou uma formação que contemplasse as necessidades que ele enfrentava, por isso decidiu ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, procurando a obtenção do título de Mestre em Educação Especial, através da dissertação aqui discutida, construída com sua orientadora Prof^a. Dr^a. Rosimeire Maria Orlando.

Como foco de pesquisa, o texto traz a discussão sobre a escolarização de pessoas com deficiência, pensando, principalmente, sobre a avaliação escolar de alunos com deficiência intelectual. Dado que a avaliação da aprendizagem escolar procura diagnosticar o que tem contribuído ou dificultado o ensino para assim conseguir contribuir para sua evolução.

Tomando a Política Nacional de Educação Especial - PNEE, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) como ponto inicial para a construção do debate, já que a mesma ressalta que, a Educação Especial começou a ser associada às concepções e ações que buscam a modificação da lógica de estruturas das escolas e do processo de escolarização dos seus alunos público-alvo da educação especial.

Ponderando então uma mudança real na educação, o autor traz uma das inquietações que tem relação com a “prática da avaliação da aprendizagem

escolar de alunos com deficiência intelectual”, pensando nos inúmeros profissionais que ainda acreditam na ideia que a incapacidade ou dificuldade de aprendizagem é responsabilidade do próprio indivíduo, ou seja, é “culpa” de seu comprometimento cognitivo. Porém, Alves evidencia que é uma condição que exige ações específicas dos envolvidos (própria pessoa com deficiência, família, escola, demais cidadãos), ações essas que busquem a prevenção, o diagnóstico preciso, o estímulo correto, que procurem promover a qualidade e o bem estar desses indivíduos. Entretanto o autor traz outros pensadores para dar mais destaque sobre o papel da escola:

No âmbito escolar, especificamente na atuação dos professores, dois aspectos podem favorecer a promoção desse bem-estar: a) a busca pela informação sobre os desdobramentos da deficiência intelectual (causas e prevenções) e b) o acolhimento de práticas pedagógicas inclusivas (GONÇALVES; MACHADO, 2012). E pensar em práticas pedagógicas inclusivas é conceber, dentre outros, a avaliação da aprendizagem escolar como instrumento norteador da ação do professor dentro do processo de ensino e aprendizagem.” (ALVES, 2018, p.19)

Meditando sobre essas estratégias pedagógicas, se dá ênfase ao olhar para a criança com deficiência, principalmente aquela com deficiência intelectual, acreditando sempre nas diversas possibilidades de aprendizagem que ela pode obter, inclusive realçando que ela é capaz e tem que ser avaliada deve emergir da crença das múltiplas possibilidades de aprendizagem que ele pode ter, inclusive de que ele é capaz (e deve) de ser avaliado de forma a buscar evidenciar seus conhecimentos e habilidades escolares.

Para maior entendimento de como se dá a Avaliação da aprendizagem dentro da perspectiva inclusiva, o escritor ressalta que é através dela que é possível uma: ação investigatória do processo de ensino, e com isso ela se torna um meio de mudança social, já que é geradora contínua de evidências, buscando novos desafios e entendendo as necessidades da instituição escolar.

Assim como acontece dentro da instituição escolar, a sociedade também acredita que a deficiência intelectual impede a pessoa de viver com qualidade e de forma autônoma, o que se trata de uma falácia, já que esses indivíduos são tão capazes quanto os considerados “normais” pelos padrões sociais, já que eles são aptos a brincar, se relacionar, estudar, trabalhar e exercer seu papel de

cidadãos, sendo possível superar suas limitações através da mediação de familiares, docentes e a sociedade em que se encontram.

A história mostra os inúmeros desafios que existiram desde a Antiguidade para as pessoas com deficiência, inclusive o escritor cita Aranha que descreve as cinco fases de tratamento da pessoa com deficiência ao longo da história humana:

1. Fase da eliminação (morte): compreendendo a Antiguidade, momento em que pessoas com deficiência intelectual eram eliminadas, embora ainda exista em algumas culturas indígenas a prática de eliminação de crianças que nasçam com deficiências;
2. Fase da tolerância cristã: comportamento institucionalizado pelo catolicismo, sob a ideia de ganhar recompensa divina através do cuidado dos deficientes;
3. Fase da segregação: influenciada pelo modelo médico, promoviam o isolamento dos deficientes do convívio social em locais como os manicômios;
4. Fase da integração: momento marcado pela necessidade de habilitá-los para serem integrados na sociedade com a devida adequação ao modelo de sociedade vigente;
5. Fase da inclusão: modelo atualmente desejado que visa provocar a sociedade e suas estruturas para as adequações ou mudanças necessárias para receber em suas estruturas as pessoas com deficiência intelectual. (ALVES, 2018, p.35 e 36)

A fase da inclusão que está acontecendo atualmente se dá, principalmente, pela exigência vinda de leis criadas para garantir o ensino para todos, incluindo as crianças com qualquer tipo de necessidade especial e de acordo com o Censo Escolar de 2016, o Brasil chegou a marca de quase 1 milhão de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) matriculados na Educação Básica, em salas comuns e/ou exclusivas, a grande maioria destes, alunos com deficiência intelectual, porém mesmo com esses resultados positivos que vêm crescendo, ainda existem diversos desafios que precisam ser superados.

Um dos desafios é que o indivíduo com deficiência passa então a ter direito ao acesso à educação básica, porém ao adentrar os “muros” da escola, encontra um local despreparado para atender suas demandas e especificidades. A instituição escolar deveria estar estruturada para acolher essas crianças, não só para garantir o acesso à educação formal, mas também ter condições de se desenvolver integralmente, com atendimento especializado, um currículo acessível, atividades e avaliações adequadas, porém essa não é a realidade.

Com essa complexa condição, o autor tenta criar oportunidades para que esse aluno com deficiência intelectual seja realmente inserido dentro da escola de forma a criar suas próprias experiências, visando um processo de escolarização significativo, pensando nisso ele separa as possíveis resoluções em três tópicos:

Em primeiro lugar, é preciso superar a concepção de desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual baseada somente em aspectos biológicos e substituí-la pela concepção de desenvolvimento centrada nas interações sociais, já que esta inclui o aspecto biológico.

O segundo aspecto importante no processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual é a execução do que é concebido no campo do pensamento, ou seja, as ações pedagógicas realizadas no espaço escolar – seja na sala regular e/ou no atendimento educacional especializado na Sala de Recursos Multifuncionais.

Mais uma vez, vê-se que é preciso envidar esforços para superar ideias retrógradas, concepções reducionistas e práticas pedagógicas que limitam as possibilidades do estudante com deficiência intelectual acessar e apropriar-se do conhecimento, da cultura, da linguagem e da construção do pensamento inerentes a qualquer ser humano. (ALVES, 2018, p.45 e 46)

A avaliação proposta no estudo de Alves vai no caminho contrário daquela que é aplicada dentro da escola, que é usada somente como forma de classificar e medir a capacidade do aluno, a proposta que ele segue é a mesma colocada na Política Nacional, uma avaliação pedagógica, que vê o progresso e o desempenho, pensando na futura aprendizagem, visando buscar diferentes sentidos através de seus próprios resultados juntamente com a prática pedagógica do profissional da educação.

A avaliação inclusiva, deveria ser um método de avaliar as ações buscando a melhores soluções e não a quantidade de registros e programações, utilizados apenas para classificar a criança, uma busca constante por notas, a avaliação deveria prever o desenvolvimento, mas se torna cada vez mais um objeto para controle do indivíduo. Pensando no indivíduo público alvo da Educação Especial, o autor escreve:

Algumas considerações sobre a avaliação do estudante com deficiência intelectual: a) a preocupação com as adequações necessárias, o uso de diferentes instrumentos, a aplicação de suportes e estratégias, deve envolver a todos – professores da sala regular e do AEE, o Serviço Técnico, gestores, servidores, familiares e o próprio aluno. (...); b) as ações, dentro do que

propõem a Educação na perspectiva inclusiva, devem alcançar a todos e não apenas o aluno com deficiência intelectual, como se fosse um “cliente VIP”, no espaço escolar, pois tal “exclusividade” poderia representar uma forma de exclusão. (ALVES, 2018, p.62)

Ao avaliar a aprendizagem é necessário buscar o diagnóstico de elementos que contribuem ou dificultam o desenvolvimento do aprender, visando decisões que melhorem esse processo, através de informações reais, adquiridas dentro da vivência escolar.

Existe uma profunda necessidade de mudança na educação brasileira, principalmente dentro da Educação Especial, onde os desafios são muito maiores e ainda mais complexos, porém é possível encontrar uma escola diferente, modificada pelas evoluções das últimas duas décadas e, mesmo que esteja longe do ideal, ela se encontra bem melhor do que no passado.

Concluindo seu texto, Alves discorre sobre a relevância que pesquisas em relação a avaliação, dentro de uma perspectiva inclusiva, são importantes para a evolução da prática pedagógica e termina dizendo:

A avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual é o “calcanhar de Aquiles”, um ponto de absoluta fragilidade no corpo da Educação, que não deve, sob razão alguma, ser ignorada. Por isso o processo de inclusão dos estudantes com deficiência intelectual exige dos envolvidos e interessados o olhar mais atento às suas demandas e necessidades, mas, principalmente, às suas potencialidades e possibilidades no contexto de iniciativas inclusivas universalizadas e na superação de práticas isoladas, meramente instrumentalizadas e assistencialistas. (ALVES, 2018, p.103)

2.3.2. ANUNCIAÇÃO, Livia Maria Ribeiro Leme. Ensino itinerante na Educação Infantil: Investigando as práticas docentes. 2017. 166f. Tese de Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária - BCo UFSCar. São Carlos - SP.

Esse trabalho se trata de uma tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a autora Livia Maria Ribeiro Leme Anunciação obter o título de Doutora em Educação Especial, feito sob orientação da Prof.^a Dr.^a Fátima Elisabeth Denari.

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar com o auxílio de professores que atuam no ensino itinerante como se dão as práticas pedagógicas relacionadas aos indivíduos com Síndrome de Down (SD), analisando as relações entre esses profissionais e as crianças com SD dentro da Educação Infantil, explorando o ensino itinerante dentro da educação infantil, descrevendo como ocorrem as práticas docentes nesse contexto.

Com as discussões no âmbito da educação inclusiva tendo se intensificado, houve o aumento de estudos acadêmicos que contribuem muito para o avanço dos pensamentos que cercam a educação especial, visando cada vez mais abranger a diversidade, de modo a promover de verdade a inclusão tanto no âmbito educacional quanto no âmbito social.

Visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a escola tem a obrigação de se tornar cada vez mais democrática, de forma a promover relações sociais que são baseadas na inclusão e não responsáveis pela exclusão do diferente, porém ainda existem muitos problemas a serem superados para que isso realmente se torne verdade dentro da escola.

Pensando nisso, é necessário a implementação da Educação Inclusiva desde a Educação Infantil e, para isso, se faz essencial o acompanhamento de um professor itinerante, que tem o papel de articular e realizar procedimentos de ensino que busquem assegurar uma prática pedagógica coerente com as necessidades da criança especial. Entretanto são encontrados diferentes problemas na prática, sendo necessários estudos relacionados, contudo pesquisas na área ainda são bem limitadas, sendo através delas que as discussões acontecem, ou seja, elas que permitem o avanço da inclusão dentro das escolas.

A criança precisa ser vista como um ser histórico, cheia de cultura e com um imenso poder transformador, pois ela é o futuro, assim como aquela que irá produzir e transmitir conhecimentos, ao refletir sobre isso, vemos a grande relevância da Educação Infantil, pois é ela que forma a infância em algo que será qualquer coisa no futuro, ou seja, é através dela que a criança terá uma fundação concreta quando for adulto.

Analisando a história da Educação Especial, pode-se trazer à memória quanto tempo se passou desses indivíduos sendo marginalizados pela sociedade, segregados e excluídos de sua cidadania, não sendo diferente dentro

do ambiente escolar, que tentaram incluir crianças, porém com propostas problemáticas que não condizem com a realidade educacional de indivíduos com deficiência.

Pretendendo entender melhor sobre o assunto, Anunciação, traz duas pensadoras que acreditam na educação inclusiva como a participação de todos na escola, através de organização da prática, das vivências e da cultura no âmbito escolar.

Todavia, atualmente os desafios para se atingir uma educação que atenda a todos são muitos, pois ainda se encontram resistências da sociedade para que esse modelo de ensino se sustente. (ANUNCIAÇÃO, 2017, p.42)

Tomando de referência fatores hereditários, ambientais e sociais, a autora faz uma comparação hipotética entre duas crianças nascidas no mesmo dia, as duas dependem de fatores como genética, ambiente e contexto em que vivem para se desenvolver. O mesmo acontece com duas crianças com síndrome de Down ou outras síndromes e deficiências, mesmo existindo fatores que as igualam, o contexto familiar e social, além de suas vivências, serão os responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Enfim, o que é síndrome de down? Não é uma doença e sim uma anomalia genética que acontece no cromossomo 21 no momento em que o feto é fecundado, por isso pode ser conhecida também como trissomia 21, além das dimensões físicas, uma das principais características da síndrome é que ela é acompanhada pela deficiência intelectual, porém isso não significa que todos as pessoas com a síndrome são iguais, cada uma delas possui sua individualidade.

As dimensões físicas, cognitivas e psicossociais estão em constante desenvolvimento. A criança desde seu nascimento até os três anos de idade passa por transformações qualitativas e significativas que gravam/marcam esse processo. O crescimento é mais intenso nos três primeiros anos de vida. No caso da SD o desenvolvimento é tardio ocorrendo assim atrasos. (ANUNCIAÇÃO, 2017, p.47)

Como promover então o desenvolvimento da criança com SD? Através das práticas pedagógicas, que procuram desenvolver o indivíduo em suas habilidades cognitivas e motoras conforme suas necessidades e condições de aprendizagem, por isso a autora destaca a importância de uma avaliação prévia da criança com SD antes do ingresso na Educação Infantil, já que é através disso

que se torna possível um planejamento de ensino adaptado para as particularidades dessa criança.

O ambiente escolar como um local de transformação, só é alcançado através da gestão das práticas docentes, que devem atender às necessidades específicas de cada criança, visando um ambiente com interações sociais que se tornam mobilizadoras do processo de ensino e aprendizagem.

O estudo realizado por Anunciação, demonstra como é possível o desenvolvimento das crianças com SD, quando estas são inseridas em uma prática voltada para a ludicidade, já que essa se torna quase responsável pelo desenvolvimento da intelectualidade e da simbolização do indivíduo com SD, sendo relevante o destaque da interação entre pares que proporcionou a socialização e o avanço aluno com Síndrome de Down na Educação Infantil.

Para que seja possível uma prática inclusiva e um ensino de qualidade, a autora destaca a importância da formação continuada do professor itinerante da Educação Especial, para que este tenha base teórica para fundamentar sua prática, para que com isso, esse profissional consiga lidar e transformar os problemas em seu cotidiano. O que é então o ensino itinerante?

Em suma, o ensino itinerante é um serviço de apoio pedagógico que é oferecido aos alunos que possuem alguma necessidade de adaptação pedagógica, locomoção, comunicação para atender suas necessidades de aprendizagem dentro da escola. Ele pode ocorrer com profissionais que atuam na própria unidade escolar, como também com profissionais de outras instituições. (ANUNCIAÇÃO, 2017, p.65)

O papel fundamental do professor itinerante é a mediação do processo adicional, mobilizando e simbolizando tudo que for relacionado à inclusão, é aquele que facilita os processos inclusivos, além de ser o responsável por dar os instrumentos necessários para que a criança consiga se desenvolver no Ensino Fundamental.

Tentando refletir sobre como seria um professor itinerante ideal, a autora cita alguns requisitos para alcançar isso como, por exemplo, alguém que consiga articular seu trabalho visando o pleno desenvolvimento da criança, sendo importante colocar a criança como centro de seu próprio desenvolvimento escolar, unindo escola, família e comunidade.

À medida que as dificuldades da criança com deficiência são acompanhadas e suas potencialidades consideradas, sua condição passa a ser socialmente momentânea. Seus aspectos biológicos e físicos estarão sempre presentes, porém com as possibilidades se tornando maiores essa criança é capaz de superar todos os seus limites, a deficiência será superada a partir do momento em que a pessoa é vista pelas suas vivências e aprendizagens, derrubando a ideia ultrapassada de inferioridade do indivíduo público-alvo da Educação Especial.

O grande problema é que, mesmo com a inclusão tomando uma maior proporção, com cada vez mais alunos matriculados, ainda existe um déficit enorme de professores qualificados para atuar na Educação Especial, inclusive durante a pesquisa feita por Anúnciação, onde só existia a presença do professor da EE uma ou duas vezes por semana.

Concluindo então sua pesquisa a autora escreve sobre a necessidade de novos estudos que auxiliem a família de forma a sanar dúvidas e anseios, além de informar e instruir essas pessoas a como perpetuar o ensino que está se desenvolvendo dentro da escola, finalizando com:

Além disso, é de suma importância a formação em serviço do professor do ensino regular, tempo para o planejamento e adaptações pedagógicas tanto individualmente como no coletivo. O aluno não é do professor itinerante, tampouco do cuidador, o aluno é da escola, é da gestão, dos demais professores, da equipe de apoio, da gestão municipal, da comunidade e da família. Quando se criam barreiras e empecilhos para a estada do aluno no ambiente escolar, se cria, também, um invólucro no aluno, gerado pelo preconceito, falta de conhecimento e de posicionamento frente às dificuldades. (ANUNCIACÃO, 2017, p.140)

2.3.3. RIBEIRO, Thereza Makibara. Alunos com deficiência intelectual nos anos iniciais: análise das práticas pedagógicas no contexto do PNAIC. 2018. 95f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da UFSCar. São Carlos - SP.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação

em Educação Especial, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, por ocasião do exame de defesa, como parte do requisito para que a autora, Thereza Makibara Ribeiro, receba o título de Mestre em Educação Especial, o trabalho foi orientado pela Prof^a. Dr^a. Márcia Duarte Galvani.

Para iniciar seu texto Thereza Ribeiro fala sobre a importância de se realizar estudos relacionados à prática pedagógica dentro da Educação Especial, estudos que falem sobre o ato de ensinar e aprender. Entretanto, o que a maioria dos trabalhos já publicados trazem, é o grande problema de falta de estrutura para realizar uma prática docente inclusiva, pois faltam profissionais com a formação adequada, às condições de trabalho são muito ruins (professores submetidos a uma intensa jornada de trabalho, o que prejudica seu planejamento de aula), além da falta de recursos materiais e humanos.

Ao tentar solucionar essas questões a autora volta seu pensamento para a formação inicial do professor, porém se depara com uma enorme falta de inclusão, na matriz curricular da faculdade de Pedagogia, de matérias e conteúdos voltados para a Educação Especial, o que forma um pedagogo despreparado para lidar com a inclusão em sala de aula. Por isso se torna tão imprescindível a formação continuada do pedagogo, que precisa buscar reflexões sobre sua própria prática, para que possa garantir o que é colocado no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), firmado pelo Governo Federal em 2012, que pretende certificar que crianças aos oito anos de idade, já possuam o domínio de estratégias para entendimento de textos escritos e compreensão do funcionamento do sistema de escrita.

Com isso, pensando em garantir a alfabetização de todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades especiais, cada vez mais se torna indispensável a formação continuada, para que exista uma prática pedagógica inclusiva já que:

Segundo dados coletados no censo escolar do ano de 2018, todas as etapas da educação básica, com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresentaram mais de 88,0% de alunos matriculados em classes comuns. Destaca-se aqui, o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 4 refere-se à Educação Especial inclusiva para alunos PAEE de 4 a 17 anos de idade. Verifica-se, portanto, um aumento gradual de matrículas desses alunos ao longo dos anos. Além disso,

verifica-se ainda que o percentual de alunos matriculados em classe comum e que possuem acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) também cresceu no período, passando de 37,1% em 2014 para 40% em 2018 (INEP, 2019). (RIBEIRO, 2019, p.7)

Entretanto, apesar do número de matrículas ter aumentado, isso não garante uma inclusão real dos indivíduos público-alvo da Educação Especial, principalmente por ainda existirem alguns estudos que identificam as crianças com Deficiência Intelectual (DI), como incapazes de obter conhecimento, principalmente em relação à leitura e escrita, devido a sua condição biológica. Porém de acordo com a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AAIDD), citada no texto de Ribeiro, a criança com DI possui mais dificuldade de absorção de conteúdos, ou seja, obter conhecimentos como os neurotípicos, porém elas são sim capazes de se desenvolver se forem criadas oportunidades para isso.

Dessa forma, o estudo de Ribeiro se torna relevante por ter interesse em investigar como a prática pedagógica é desenvolvida, levando em consideração o processo de alfabetização e letramento de crianças com DI, baseado nos princípios do PNAIC dentro da escola, já que, mesmo com o número de crianças com DI matriculadas na rede regular de ensino, ainda existem muitas dificuldades e desafios na aprendizagem dentro da sala de aula, considerando que “o modelo tradicional de transmissão de conhecimento do currículo básico já não é suficiente”.

Descrevendo alfabetização Ribeiro, traz pensadores como referência para a discussão, que relatam alfabetização como ato que permite que alguém seja capaz de possuir as habilidades de leitura, escrita e a operação de números matemáticos, de forma a utilizá-los como um meio de comunicação, sendo responsável pelo processo de aquisição da escrita alfabético-ortográfica.

Esse processo alfabetizatório se inicia no instante em que a pessoa é inserida na escola, já que essa se apresenta como lugar indicado para que sejam organizados os processos de leitura e escrita sistematicamente para que a criança domine essas habilidades. Faz parte do papel da escola garantir a alfabetização dos alunos levando em consideração as práticas de leitura e escrita dentro da sociedade em que estão inseridos (letramento), de forma a possibilitar que elas sejam realizadas dentro e fora do ambiente escolar. Com

isso, a alfabetização só tem sentido quando é acompanhada pelo letramento que significa “estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever”, sendo um conjunto de práticas que demonstram a habilidade de usar diversos tipos de materiais escritos. O letramento não substitui a alfabetização, mas sim está associado a ela!

Através disso se inicia então o uso do termo “alfabetizar letrando”, que seria o mesmo que permitir que o aluno possua capacidade de ler e escrever letras e números, sem excluir o caráter social desse processo, ou seja, o indivíduo deve ser capaz não só de decifrar códigos, mas também capaz de realizar a leitura e escrita de modo crítico e consciente dentro da sociedade em que está inserido. Conseqüentemente, o processo de “alfabetizar letrando” se torna extremamente importante para a inserção do aluno com deficiência intelectual em seu meio social.

Desse modo, é possível entender que a inclusão escolar se sustenta na reestruturação física e pedagógica das escolas tradicionais, para que elas sejam capazes de atender a todos os alunos com ou sem deficiência. Com isso a instituição escolar se torna um instituto social que deseja habilitar a pessoa para uma vida independente socialmente, por isso se faz necessário a disposição de instrumentos que auxiliem o desenvolvimento de habilidades que serão usadas dentro da sociedade.

Para que ocorra a alfabetização do aluno com deficiência intelectual é necessária a mudança do ensino que continua sendo mecanicista, refletindo sobre isso, se destaca a grande importância do papel do professor da Educação Especial e da Sala de Recursos Multifuncionais na escola. Além disso, é necessária a reflexão sobre a adaptação curricular das atividades propostas em sala já que muitas vezes não existem adaptações para os alunos com necessidades especiais, o que dificulta ainda mais a inclusão dentro das escolas. Desse modo é perceptível que as práticas pedagógicas em relação a alfabetização, por parte dos professores, ainda estão ligadas a concepção errônea de que a leitura e a escrita são apenas decodificações de símbolos, dificilmente contemplando novas teorias como o alfabetizar letrando.

Voltando ao PNAIC, a autora fala que, além de se fundamentar em quatro eixos: a formação continuada; material didático e pedagógico; avaliação sistemática e gestão; controle social e mobilização, existem ainda quatro

princípios centrais que precisam ser considerados durante o desenvolvimento do trabalho pedagógico:

(1) o sistema ortográfico da escrita é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador; (2) o desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, garantindo, o acesso a gêneros discursivos e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias; (3) conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que as mesmas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade; (4) a ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem (BRASIL, 2012a). (RIBEIRO, 2019, p. 22)

Ao entender melhor os fundamentos e princípios do PNAIC, pode-se perceber que eles constituem um processo reflexivo sobre a ação que promove a compreensão da não reprodução do modelo tradicional, mostrando a necessidade de o professor, através da formação recebida, investigar sua própria prática, buscando o respeito do nível de conhecimento que seus alunos apresentam diante do ensino e aprendizagem.

Portanto, a inclusão escolar só se torna possível através da compreensão das necessidades educacionais específicas de cada criança, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas, que garanta um processo de aprendizagem onde todos possam participar de todos os conteúdos curriculares.

O problema então surge quando se percebe que existe apenas um caderno disponibilizado pelo PNAIC que é destinado à Educação Especial, o que se torna uma preocupação já que a alfabetização dos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) é um dos grandes desafios encontrados na inclusão escolar. Pode ser observado ainda que esse único caderno ainda fala sobre seu público de maneira genérica, não especificando as particularidades de cada criança PAEE, além disso os cursos disponibilizados pelo Pacto em relação a Educação Especial também se mostram superficiais.

Em um atual cenário educacional em que a presença de alunos PAEE está cada vez mais frequente em escolas comuns, torna-se necessário refletir: um programa de alfabetização a nível nacional dedica apenas um de seus cadernos à área da Educação Especial, sendo que neste caderno há somente um capítulo para cada especialidade. A partir disso é possível indagar: será que a atual estrutura do programa é capaz de subsidiar as práticas pedagógicas dos professores da sala

comum na perspectiva da inclusão escolar? (RIBEIRO, 2019, p. 29)

Refletindo sobre isso, percebe-se a necessidade de um planejamento movido não só pelo PNAIC, mas que também compreenda as especificidades de cada criança, pensando em cada dificuldade e no ritmo pessoal desses indivíduos. Ao planejar uma atividade, o pedagogo tem que sempre estar visando a participação de todos os alunos, pensando se eles são capazes de realizar a tarefa proposta, essa é a finalidade do planejamento, analisar os objetivos, conteúdos, habilidades necessárias e habilidades a serem desenvolvidas, por meio da atividade que será realizada.

Para Ribeiro, os jogos são parte importante desse planejamento, pelo fato de que eles auxiliam o processo de alfabetização e letramento, ou seja, o aspecto lúdico promove o desenvolvimento pessoal, cultural e social, principalmente de crianças com DI, já que essa ludicidade facilita a socialização e a construção de conhecimento, algo que é bem complicado para o aluno com deficiência intelectual.

Concluindo sua pesquisa, Ribeiro separa pontos positivos e negativos daquilo que ela observou, como pontos positivos ela destacou a participação das professoras da sala entrevistada em cursos oferecidos pelo programa, o que as levou a enriquecer sua prática, além disso, o material possui muita ludicidade o que facilita a alfabetização dos alunos incluindo os com DI. Como pontos negativos, a autora destaca a falta de cursos de formação continuada voltados para professores da Educação Especial e, por ser um programa para todos os professores alfabetizadores, se espera que ele consiga abranger os professores além da sala regular de ensino, além da prática de avaliação feita pelo programa que acaba voltando ao ranqueamento, algo que vai contra a proposta de uma avaliação contínua da aprendizagem.

Observa-se, portanto, a necessidade de uma reorganização na forma como são propostos os eixos estruturantes do programa para que todos os professores da rede regular de ensino sejam capazes de desenvolver estratégias pedagógicas que possam contribuir para a efetivação do processo de alfabetização e letramento do aluno com deficiência intelectual. (RIBEIRO, 2019, p.62)

2.4. Grupo 4 - Pesquisas que discorrem sobre o ensino de alunos do espectro autista

Os trabalhos que compõem esse grupo fazem parte de um conjunto de pesquisas que abordam o ensino de alunos do espectro autista e como se dá seu processo de alfabetização, fazem parte desse recorte 3 pesquisas e todas são dissertações de mestrado.

2.4.1. GALLO, Giulia Calefi. Ações de professores de escolas regulares com crianças com transtorno do espectro autista. 2016. 100f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

A dissertação de mestrado “Ações de professores de escolas regulares com crianças com transtorno do espectro autista”, escrita por Giulia Calefi Gallo, em 2016, essa pesquisa foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Educação Especial, foi orientada pela Prof^a Dr^a Ana Lúcia Rossito Aiello.

Para iniciar seu texto, Gallo fala sobre quais são as características do Transtorno do Espectro Autista (TEA), que são: os déficits de comunicação; de reciprocidade sócio-emocional; de comunicação não verbal; e de desenvolvimento. Como também lembra que o TEA tem padrões repetitivos e restritos de comportamento, atividades ou interesses; permanência no mesmo assunto; interesses fixos com foco ou intensidade incomuns; padrões ritualizados de comportamento verbal e não verbal.

O trabalho em discussão discorre sobre o direito das pessoas com TEA estarem incluídas na rede regular de ensino, a presença delas dentro da escola, quais são as ações dos professores diante da inclusão dessas crianças e quais são suas atitudes diárias no ensino desse público dentro das salas de aula comuns.

Para entender melhor os critérios para diagnóstico da criança com TEA, a autora cita o DSM-V, que se trata de um Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais feito pela Associação Americana de Psiquiatria, em 2014:

No DSM-V os critérios diagnósticos são presença de: déficits de comunicação, de reciprocidade sócio emocional, de comunicação não verbal e de desenvolvimento; de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades; movimento motor estereotipado ou repetitivo; insistência em assunto do mesmo contexto; inflexibilidade em aderir a mudanças de rotina; padrões ritualizados de comportamento verbal e não verbal; interesses fixos com foco ou intensidade anormais; hipo ou hiper reatividade a estímulos sensoriais. Estes sintomas estão presentes desde a primeira infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário do indivíduo. (GALLO, 2016, p.12)

Em relação a Educação Inclusiva a autora fala que é um modelo educacional que deve acolher todas as crianças de maneira igual, pois a inclusão escolar é garantida por lei, a qual declara a obrigatoriedade da inserção de pessoas com as mais diversas deficiências em escolas regulares. Como referência ela relembra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garante o atendimento especializado às pessoas com necessidades especiais; e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que exige a articulação da educação especial ao ensino comum.

Com isso percebe-se que para o ensino ser inclusivo é necessário que todas as crianças aprendam juntas, independentemente das diferenças entre elas, sendo responsabilidade da escola inclusiva o atendimento de todas as peculiaridades das crianças com deficiência, utilizando estratégias de aprendizagem para acolher tanto as crianças com necessidades quanto as que são neurotípicas. Para que a inclusão aconteça se faz necessário novos contextos escolares, que visam trazer diferentes estratégias de ensino, não enfatizando a deficiência, mas sim valorizando o indivíduo em seu próprio processo de aprendizagem.

Analisando as particularidades das crianças com TEA, a autora fala que a inclusão dessa criança na sala regular pode se tornar um desafio diário para os professores e colegas de turma, ou seja, ao colocar o autista na escola comum, ele poderá exibir algumas dificuldades de aprendizagem e

comportamento em relação às outras crianças, sendo suas principais dificuldades em momentos de contato, interações sociais, comunicação, ou outros aspectos do autismo, tornando-se parte do que interfere o relacionamento futuro com os demais colegas e professores. É responsabilidade do professor então observar a criança para compreender quais são seus limites, traçando estratégias pensadas nas potencialidades e interesses apresentados por esse indivíduo, levando em consideração os materiais disponíveis pela escola. Pensando em maneiras de garantir de fato essa inclusão, a autora traz a literatura de Della Barba e Minatel, 2013, que discutem sobre estratégias para o ensino efetivo de crianças com autismo:

Sendo estas: uso de pistas visuais para organização de rotina; reforçar e refletir os pontos positivos e as conquistas; adaptação de material escolar, bem como uso de Tecnologia Assistiva; promover autonomia e independência oferecendo o mínimo possível de auxílio nas atividades de rotina; flexibilização do currículo e planejamento escolar; antecipação de situações desconfortáveis para a criança evitando desorganização da mesma; dar funcionalidade a estereotípias; ter um auxiliar em classe para facilitar e ampliar as relações interpessoais. (GALLO, 2016, p.20)

A inclusão de alunos com TEA é muito importante para que se possa garantir uma melhora em seu processo de interação social e comunicação, porém a inclusão em si não ocorre somente pelo fato de existirem documentos e manuais que a descrevem, mas sim pelo dever do governo em oferecer condições concretas para a efetivação desta política. Além de leis, é responsabilidade do governo o oferecimento da formação continuada para que o professor consiga refletir sobre sua prática pedagógica, buscando torná-la inclusiva. Em um caso citado por Gallo, dentro de uma escola inclusiva existia um aluno com TEA de cinco anos o qual já sabia ler, diferente do restante da turma, porém sua professora não parecia ser alguém que concordava com a inclusão desse aluno, por isso não aproveitava dessa habilidade para desenvolver seu processo de aprendizagem, por isso o aluno acabava sendo deixado de lado pela profissional.

Um dos modos de garantir a inclusão eficaz das crianças com TEA, é utilizando estratégias particulares como: organizar, elaborar e integrar conhecimentos, bem como serem direcionadas para planejamento, supervisão e regulação do próprio pensamento e manutenção de seu desenvolvimento da

aprendizagem, buscando atingir um nível real de aprendizado dessas crianças, as tornando de verdade parte da escola e não só presentes dentro do ambiente escolar. Entretanto, as estratégias podem variar, de acordo com o aluno, o professor e a escola em que ele está inserido, porém o professor deve buscar práticas como a adaptação curricular, para que consiga inserir a criança de fato no contexto escolar.

Para embasar seu texto, a autora faz uma pesquisa entrevistando e vivenciando o dia a dia de cinco professores que possuem alunos com TEA em sua sala de aula e traz como resultados o fato de que apenas um professor oferecia atividades adaptadas para o aluno de inclusão, enquanto os outros só utilizavam as mesmas atividades das outras crianças, além disso, três dos cinco professores ajudavam de alguma forma o aluno com TEA a realizar as atividades propostas. Isso mostra que a grande maioria não possui conhecimento para atuar com esses indivíduos, pois tentam se aproximar desses alunos, mas utilizam de recursos próprios e conhecimentos de senso comum para tentar alcançar esses alunos.

Refletindo sobre essas percepções a autora fala sobre como é importante que existam futuros estudos que visem favorecer melhor a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista dentro da escola regular, para que eles:

Possam apropriar-se da realidade das salas de aula identificando quais as reais dificuldades dos professores no dia a dia por meio de observações em sala de aula e entrevistas com os professores para dar voz a estas necessidades, e que posteriormente com base nas dificuldades identificadas possa oferecer capacitações (como aulas expositivas, grupos focais, dinâmicas, modelo e grupos de estudos) aos professores embasados nos comportamentos/métodos apontados como eficazes pela literatura. Considera-se necessário ainda analisar o dia a dia dos professores, identificando se houve diferença nas ações desses professores frente às crianças com TEA. Nesse sentido sugere-se estudos em que se controle grau de severidade do TEA, a duração e as atividades observadas, além de comparar as interações de professores com alunos TEA e alunos com desenvolvimento típico. (GALLO, 2016, p.76)

2.4.2. MANZINI, Ana Carolina Gurian. Aplicação condensada das três primeiras fases do pecs em uma menina com transtorno do espectro do autismo. 2019. 77f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar. São Carlos - SP.

A dissertação "Aplicação condensada das três primeiras fases do pecs em uma menina com transtorno do espectro do autismo", foi apresentada pela Ana Carolina Gurian Manzini, à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, no Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação Especial, sendo orientada pelo Prof. Nassim Chamel Elias.

Para iniciar seu texto a autora fala sobre as dificuldades na comunicação oral de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), pensando nisso ela lembra de como o uso do The Picture Exchange Communication System (PECS) conhecido através do nome: Sistema de Comunicação por Trocas de Figuras por Crianças com Transtorno do Espectro do Autista, tem colaborado para desenvolver a comunicação desse público.

Refletindo sobre comunicação, Manzini fala sobre a origem da palavra que se refere a associar, trocar, partilhar ideias, participação ou interação, recebimento ou emissão de novas informações. Por esses motivos a comunicação se torna essencial para a vivência do indivíduo em sociedade.

O grande problema é que quando se reflete sobre comunicação se pensa no falar, mas a ausência da fala não significa ausência de comunicação. A fala é um dos veículos possíveis de comunicação, porém existem diferentes formas de linguagem, como gestos, expressões faciais e corporais, além de, é claro, escrita.

Por ser um meio de obtenção de conhecimento, a comunicação se mostra muito relevante para o desenvolvimento infantil, já que é através dessas habilidades que a criança adquire novos conhecimentos, principalmente em seu meio social, podendo se relacionar com todos à sua volta.

Em relação aos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista a autora cita:

Pessoas com diagnóstico de TEA podem exibir déficits persistentes na comunicação e na interação social e apresentar comportamentos repetitivos e interesses restritos (APA, 2013; BRASIL, 2014); dificuldade na utilização tanto da linguagem oral quanto no uso de gestos, expressões corporais e faciais (WALTER, 2000; PERISSINOTO, 2003). A literatura aponta que esses sintomas devem estar presentes desde o início da infância limitando ou prejudicando o cotidiano dessas crianças (APA, 2013). (MANZINI, 2019, p.17)

Manzini menciona Glennen (1997), para falar sobre o quanto é importante que crianças com TEA, sejam inseridas em programas de intervenção, pois 60% dessas pessoas conseguem adquirir outro tipo de comunicação se colocadas nesse programa, com isso essas implementações podem influenciar além da aquisição da comunicação suplementar e/ou alternativa (CSA), como também promover o desenvolvimento dos indivíduos com TEA. A comunicação suplementar e/ou alternativa utiliza de símbolos gráficos, expressões corporais e faciais, gestos, voz sintetizada ou digitalizada, entre outros modos de comunicação face a face.

Voltando a falar sobre o PECS, Ana Manzini, diz que é um sistema proposto por Bondy e Frost em 1985, desenvolvido inicialmente para crianças com autismo apanhados por deficiências severas na comunicação em idade pré-escolar. Como o PECS é responsável por ensinar a comunicação funcional, ele também pode ser aplicado com indivíduos das mais diversas idades e diferentes deficiências. Ao ser implementado, percebe-se um desenvolvimento maior da fala, um início da construção de vocabulário, promovendo assim a comunicação funcional, principalmente pelo fato de se utilizar reforçadores motivacionais, junto com atividades funcionais, treinando também a comunicação criativa desenvolvendo a aprendizagem. O PECS é dividido em seis fases, sendo:

Fase I: Como se comunicar – Esta fase tem por objetivo ensinar o aluno/criança a realizar a troca de uma única figura com um parceiro de comunicação por itens ou atividades correspondentes ao desejado. (...) Fase II: Distância e Persistência – Esta fase tem por objetivo ensinar o aluno/criança a generalizar a nova habilidade (fase 1) e usá-la em diversos contextos sociais, com pessoas diferentes e usando distâncias variadas. (...) Fase III: Discriminação de figuras – Esta fase tem por objetivo ensinar o aluno/criança escolher entre duas ou mais imagens para solicitar seus itens favoritos. (...) Fase IV: Estrutura de sentença – Esta fase tem por objetivo ensinar o aluno/criança a montar frases simples em uma tira. (...) Fase V: Respondendo a perguntas – Esta fase tem por objetivo ensinar

o aluno/criança usar PECS para responder à pergunta: "O que você quer?". A criança responde perguntas e solicita pedidos espontaneamente. Fase VI: Comentando – Esta fase tem por objetivo ensinar o aluno/ criança a comentar em resposta a perguntas como: "O que você vê?", "O que você ouve?" e "O que é isso?". MANZINI, 2019, p.26 e 27)

Concluindo seu texto, a autora fala da falta de trabalhos acadêmicos que a ajudassem no desenvolvimento da discussão sobre a construção do processo de comunicação das crianças e ressalta a importância de pesquisas voltadas para o PECS, já que essa ferramenta pode ser utilizada como um meio para a alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista, sendo um dos principais métodos que desenvolvem a comunicação suplementar e/ou alternativa.

2.4.3. MILLAN, Ana Elisa. Equivalência de estímulos e o ensino de habilidades rudimentares de leitura para alunos com autismo. 2017. 93f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da UFSCar. São Carlos - SP.

Como parte dos requisitos para obter o título de Mestre em Educação Especial, a dissertação “Equivalência de estímulos e o ensino de habilidades rudimentares de leitura para alunos com autismo”, foi escrita pela Ana Elisa Millan e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Dr^a. Lidia Maria Marson Postalli.

Como ponto de partida, a autora inicia seu texto descrevendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA), como sendo um distúrbio do desenvolvimento, caracterizado por alterações em áreas como a comunicação, interação social, adaptação e aprendizado, normalmente essas características são apresentadas desde a infância, geralmente antes dos primeiros três anos de vida.

Em relação aos critérios para diagnosticar o indivíduo com TEA, Millan, traz o apoio do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM 5, sendo através da observação de: déficits persistentes na interação e comunicação social em diferentes situações; padrões particulares de comportamento e interesses; tais características se não percebidas

precocemente durante o período de desenvolvimento, podem trazer prejuízos no funcionamento profissional, social ou em outra parte importante do cotidiano da pessoa. Citando Marques e Mello (2005), a escritora coloca:

Algumas das características da pessoa com TEA são dificuldades na linguagem receptiva e expressiva, dificuldade na aprendizagem de relações arbitrárias, dificuldade de memória sequencial, demonstrando comportamentos inadequados por não saber o que vai ocorrer. Também pode apresentar hipersensibilidade sensorial e pouca interação social. (MILLAN, 2017, p.9)

Uma vez que a aquisição dessas habilidades é importante para o desenvolvimento da leitura e escrita, a falta delas pode trazer empecilhos para seu ensino, se tornando necessária a criação de um planejamento voltado a atender todas as particularidades desse indivíduo.

Levando em consideração a relevância do ensino da leitura e escrita para as crianças com TEA, se faz imprescindível o emprego de novas estratégias para que essa criança aprenda a relacionar a palavra com a figura, o oral com o escrito, além de entender como se faz a nomeação de palavras baseado no ensino de estímulos que se relacionam, com a figura e a palavra impressa, e estímulos e respostas, como a nomeação de figuras.

Realizando sua pesquisa, Millan utiliza do ensino através do emparelhamento baseado no modelo adaptado do processo multimodal, que tem sua estrutura fundamentada no TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children), um instrumento usado em atividades nas instituições especializadas em Educação Especial.

No emparelhamento multimodelo, o aluno deveria emparelhar os estímulos um a um, formando pares; as estratégias de ensino empregadas e também a organização e sequência das tarefas podem favorecer o desempenho do participante. (MILLAN, 2017, p.68)

A pesquisa de Millan foi realizada com quatro crianças de uma escola que utilizava o TEACCH, para preservar suas identidades a autora os chamou de P1, P2, P3, P4. Como resultado da aplicação do método de emparelhamento multimodelo com essas crianças, foi possível verificar que: P1 - o método facilitou a compreensão daquilo que era para ser feito, sem tanta necessidade de instruções verbais; P2 - não teve dificuldades para realizar as tarefas, porém na

leitura de palavras apresentou domínio em elementos específicos da palavra ensinada, como por exemplo, a letra inicial dela; P3 - conseguiu realizar parte das tarefas, tendo variações no desempenho das sondagens nos blocos de ensino, por isso foi utilizado o ensino remediativo; P4 - realizou quatro sessões de ensino, porém a participante não apresentou melhora na aprendizagem, por esse motivo se deu início ao ensino remediativo.

As particularidades presentes em cada indivíduo com autismo, se dá pelo fato de serem heterogêneas as manifestações e graus de acometimento das características do TEA, se tornando uma dificuldade para desenvolver métodos de ensino que abranjam a todas as necessidades apresentadas, com um planejamento inclusivo e individualizado, que busque possibilidades para o ensino da leitura e escrita para essas pessoas.

Concluindo sua dissertação, a escritora fala que precisaria de mais participantes para afirmar que o método aplicado funciona em diferentes realidades, porém em relação aos participantes escolhidos por ela, seus resultados mostraram que o emparelhamento multimodelo favorece a aprendizagem e manutenção da leitura combinatória com compreensão, entretanto ela destaca que foram poucas sessões de ensino, mas que os participantes apresentaram um pequeno número de erros durante todo o processo realizado na construção da pesquisa.

2.5. Grupo 5 - Trabalhos que apresentam o desenvolvimento escolar de crianças com Síndrome de Down

Nesta coletânea estão pesquisas selecionadas que discutem o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down dentro do ambiente escolar, as quais trazem para o debate como se dá o processo de alfabetização desses alunos, são três trabalhos os desse grupo sendo todos dissertações de mestrado.

2.5.1. ANICETO, Gabriela. Levantamento de repertório de linguagem em crianças pequenas com Síndrome de Down. 2017. 140f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional UFSCar. São Carlos - SP.

A dissertação "Levantamento de repertório de linguagem em crianças pequenas com Síndrome de Down" foi transmitida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos, em razão do Exame de Qualificação para a aquisição do Título de Mestre em Educação Especial, com relação às Práticas Educativas e de Prevenção: processos e problemas, tendo como autora Gabriela Aniceto, que é formada em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, cuja orientadora é a Prof^a Dr^a Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil.

Definindo a Síndrome de Down (SD), Aniceto, diz que é uma variação no componente genético que causa comprometimentos anatomofisiológicos, os quais interferem no processo de desenvolvimento desses indivíduos, especialmente na aquisição da linguagem e da fala. Contudo, já existem instrumentos e testes que auxiliam no diagnóstico precoce de possíveis riscos, que identificam suas potencialidades e facilitam as intervenções. Pensando nisso a autora cita diversos pesquisadores que contribuíram para a definição da síndrome:

A síndrome de Down é definida como uma síndrome genética, proveniente de uma alteração cromossômica devido à trissomia do cromossomo 21. Nessa síndrome ocorre a triplicação, e não a duplicação, do material genético deste cromossomo, podendo ocorrer de três diferentes formas: i) Trissomia simples do cromossomo 21, isto é, há um cromossomo de número 21 extra em todas as células do organismo; é a forma mais comum de alteração genética, sendo observada em cerca de 95% das pessoas com síndrome de Down; ii) Translocação, na qual parte do cromossomo 21 é ligada a outro cromossomo de outro par; a frequência dessa alteração genética é de aproximadamente 4% e iii) Mosaicismo, a forma mais rara de alteração genética, na qual apenas em algumas células do indivíduo ocorre a trissomia do cromossomo 21, assim, o indivíduo passa a ter células com 46 cromossomos e outras com 47 cromossomos; ocorre em cerca de 1% das pessoas com síndrome de Down. (ANICETO, 2017, p.14 e 15)

As individualidades referentes aos aspectos intelectuais, sociais, motores e anatomofisiológicos podem se transformar em um comprometimento no processo de desenvolvimento dessas crianças, principalmente, durante a infância, por ser o período em que o indivíduo inicia a aquisição de novas habilidades mais rapidamente. Com isso, o progresso na aprendizagem de crianças com Síndrome de Down é diretamente influenciado pelos aspectos da

síndrome, apresentando problemas para o desenvolvimento social, cognitivo e da linguagem.

Outra questão muito presente em crianças com Síndrome de Down é a deficiência intelectual, que causa limitações no desenvolvimento cognitivo, contudo existem outros fatores que influenciam diretamente no desenvolvimento desses indivíduos, como por exemplo, alterações no funcionamento neurológico, no nível de compreensão e expressão verbal, problemas na audição, entre outros distúrbios específicos da síndrome.

As crianças nascidas com síndrome de Down apresentam riscos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional, bem como ao desenvolvimento da linguagem que comprometem o desenvolvimento global dessas crianças em relação ao desenvolvimento potencialmente possível, dadas as características que apresentam. (ANICETO, 2017, p.17)

Mesmo sendo crianças sociáveis, de acordo com a autora, os indivíduos com a síndrome podem ter dificuldades durante a pré-escola e a escola, já que muitas vezes apresentam dificuldades para aprender habilidades que as demais crianças já possuem, como a linguagem oral e habilidades motoras. No caso da aquisição da fala, é devido à hipotonia muscular em junção com o comprometimento respiratório que é característico da síndrome.

Durante a pesquisa feita por Aniceto, ela ressaltou o que foi afirmado em relação ao desenvolvimento de crianças com SD, porém relata que durante seus estudos, percebeu que elas se desenvolvem assim como as crianças neurotípicas, entretanto, em um ritmo mais lento.

Para finalizar, a escritora destaca a escassez de métodos e/ou testes feitos especificamente para o levantamento de dados sobre o desenvolvimento de crianças com Down, com isso a pesquisadora se limitou a usar os que foram desenvolvidos para as crianças típicas ou com autismo, o que trouxe resultados um tanto que inconclusivos para seu estudo, ressaltando a relevância de avaliações voltadas para os indivíduos com SD, já que elas poderiam abranger as particularidades da síndrome, como o atraso no desenvolvimento da linguagem oral. Dessa forma, Aniceto relembra que se faz necessário o aumento de estudos que visem compreender o desenvolvimento da aprendizagem na infância do indivíduo com Síndrome de Down.

2.5.2. BATISTA, Mirian Vieira. Promoção do letramento emergente de crianças com Síndrome de Down. 2016. 129f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

O atual trabalho é uma dissertação apresentada pela Mirian Vieira Batista, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Especial, no Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, orientada pela Prof^a Dr^a Tânia Maria Santana de Rose.

Mirian Batista é Pedagoga, habilitada na área da Deficiência Intelectual, tendo muitos anos de prática nessa área, é responsável por acompanhar a inclusão de crianças com as mais variadas deficiências nas escolas regulares, além de observar os desafios enfrentados para que se concretize a escola inclusiva, e ainda examinar o número crescente da matrícula desses indivíduos nas escolas comuns. Atualmente, atua como Coordenadora da Educação Especial no município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul.

Iniciando seu estudo, Batista relembra as pesquisas sobre o processo de aquisição da leitura e escrita, funções adquiridas na infância, junto com o ingresso no Ensino Fundamental, o quanto elas são de extrema relevância, já que são as responsáveis por expor como ocorre esse processo e como ele é desenvolvido com as mais diversas crianças. Com isso, a autora expõe que sua pesquisa procura investigar condições para efetivação do letramento emergente de indivíduos com deficiência intelectual (DI).

A elaboração da linguagem escrita, para crianças com deficiência tem que ser organizada de maneira que se torne necessária para a vida social e pessoal dessas pessoas. Existem diversas críticas em relação ao fato de que frequentemente os indivíduos com DI, recebem esse ensino de forma restrita a palavras usadas com frequência no cotidiano, de forma que só aprendem o básico da leitura e escrita, apenas palavras funcionais da língua.

Sendo assim, a autora enfatiza a importância do Letramento Emergente, que é o conjunto de habilidades e conhecimentos adquiridos em relação à leitura e, escrita durante toda a primeira infância da criança, até o momento em que a

criança se torna capaz de ler e escrever, obtendo as quatro habilidades da língua: falar, ler, ouvir e escrever. Posto isso, possibilitar circunstâncias, desde a Educação Infantil, para que as crianças com ou sem deficiência tenham um contato real com o ler e escrever, se torna parte do Letramento Emergente.

Quando a Educação Infantil se tornou parte da Educação Básica iniciaram muitos avanços na área educacional. Ao se tornar responsável pelo desenvolvimento integral da criança, a Educação Infantil ocupa um lugar de destaque, agora não mais assistencialista, a ela se tornou motivadora do progresso da criança em seus aspectos físicos, intelectuais, sociais e psicológicos, por considerar a criança como possuidora de direitos, saberes e culturas.

Com o entendimento da responsabilidade, não só da Educação Infantil, mas como também de todo período escolar em que a criança está inserida, se apresentam preocupações em relação a alfabetização de cada uma delas e como a alfabetização não é apenas a compreensão de um sistema alfabético, seu uso se faz necessário em todas as etapas sociais e culturais do cotidiano da pessoa, com isso se acrescenta o termo letramento, que engloba todo uso da linguagem dentro da sociedade. A autora cita Soares, 2009, que explica a diferença entre os termos alfabetização e letramento:

Sendo o primeiro “alfabetização” como um processo que se adquire uma tecnologia- a habilidade de utilizar a escrita alfabética para ler e escrever, e “letramento” ao uso eficaz desta tecnologias em situações que necessitam escrita de textos reais. (BATISTA, 2016, p.20)

Falando sobre a perspectiva de Vigotski (1993), Mirian Batista, relembra que para o pensador a linguagem escrita é composta por um "complexo sistema de signos", que proporciona um "instrumento de pensamento à criança", sua principal crítica se dá ao fato de que a escrita começou a se tornar apenas uma habilidade motora, ou seja, as crianças aprendem a desenhar as letras e constroem palavras com elas, porém não é ensinado a linguagem escrita presente na sociedade.

Refletindo então, sobre as interações sociais, se entende a grande relevância da presença do adulto letrado na infância da criança, na que ela adquire essa habilidade através de conversas e situações de letramento conduzidas pelo adulto.

Com isso, ao pensar no ensino das habilidades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual, se observa que o ensino dessas capacidades para esse público é pautado em abordagens e literaturas antigas, que estão sempre visando a aquisição das habilidades de modo descontextualizado, já que a literatura demonstra duas maneiras que possibilitam o ensino de crianças com deficiência:

A primeira refere-se àquelas intervenções reducionistas, com aporte no treinamento e prática rotineira para o ensino de habilidades, feitas de forma isolada e descontextualizada; ensinam-se o alfabeto, os sons, os fonemas isolados e a decodificação das palavras isoladas. A segunda alternativa de ensino é aquela que se preocupa com a elaboração de formas integradas com as áreas do conhecimento humano, contextualizado. (BATISTA, 2016, p.26)

Para obter esses resultados, Batista, selecionou como participantes do estudo duas alunas com Síndrome de Down, diagnosticadas com deficiência intelectual e, após a aplicação da Escala de Letramento Emergente no cotidiano escolar dessas crianças, se pode observar a grande relevância do contato com livros de histórias para o desenvolvimento do letramento, através do primeiro contato com a linguagem escrita, conseguindo desenvolver a aquisição do conhecimento e a apropriação real da cultura escrita

2.5.3. FERREIRA, Aline Nathalia Marques. Escolarização de aluno com Síndrome de Down na escola: um estudo de caso. 2016. 136f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

O texto "Escolarização de aluno com Síndrome de Down na escola: um estudo de caso", é uma dissertação que foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, na Universidade Federal de São Carlos, sendo parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Especial, tendo como autora Aline Nathalia Marques Ferreira, que foi orientada pela Prof^a Dr^a. Rosimeire Maria Orlando.

Na atualidade a Síndrome de Down (SD) provoca um desafio tanto para

os professores quanto para as escolas para que estes criem novas metodologias e desenvolvam práticas pedagógicas capazes de abranger todos os públicos. Com isso, o educador se torna um relevante mediador para transmitir conhecimentos que serão adquiridos pelas crianças ao longo do período escolar. Conseqüentemente, o objetivo da pesquisa de Aline Ferreira, foi observar a progressão da linguagem escrita do indivíduo com SD dentro de uma sala inclusiva.

Começando seu texto, Ferreira cita Schwartzman para falar sobre a história do diagnóstico da Síndrome de Down, que inicialmente era considerada como “imbecilidade mongolóide” ou “criança mal-acabada” entre outros, porém em 1866 John Langdon Down, descreveu um grupo de indivíduos que possuíam características diferentes dos demais, como: olhos em linha oblíqua, cabelo castanho, liso e escasso, nariz pequeno, rosto achatado e longo; sendo classificadas por ele como “pessoas com um potencial para imitação”, por ele ter sido o primeiro a trazer uma descrição clínica para a síndrome, ela então leva o nome dele (Down).

De acordo com a National Down Syndrome Society (NDSS), citada por Ferreira, no mundo a cada 691 nascimentos 1 é um bebê com Síndrome de Down, no Brasil existe uma estimativa que seja 1 a cada 700 crianças nascidas. Por isso, se buscou entender como esse número tem aumentado cada vez mais e, através de pesquisa, se percebeu que a incidência da síndrome acontece por causa de alguns fatores como a idade avançada materna, já que ao envelhecer os óvulos também envelhecem, o que não acontece com os espermatozoides, por exemplo.

Com a compreensão de que a síndrome está presente em todo o mundo, se entende também que cada indivíduo com SD é diferente, pois muitos fatores, principalmente de comportamento, dependem da etnia, da cultura e da família em que estão inseridos. Muitas vezes os indivíduos com SD são vistos como pessoas dóceis, afetivas, amistosas, teimosas dentre outras características. Segundo Voivodic, presente no texto de Ferreira, mesmo com diversas pesquisas na área comportamental do indivíduo com SD, nenhuma comprova que essas características sejam parte presente na personalidade e no comportamento dessas pessoas, com isso essas particularidades não devem ser associadas a todos os sujeitos com a síndrome.

Existem outras características que têm maior destaque quando se observa a criança com a Síndrome de Down, como por exemplo, particularidades ligadas ao desenvolvimento escolar e cognitivo, como a atenção, memória, linguagem, desenvolvimento motor e uma deficiência ou não na área intelectual.

Dando destaque para o atraso na linguagem, na criança com SD a linguagem surge em torno dos 1 ano e 6 meses de idade e, frequentemente, elas têm uma compreensão melhor do que conseguem expressar e, citando Voivodic novamente, a autora diz que mesmo tendo dificuldade na conversação, as crianças com a síndrome sabem quais são os usos funcionais da linguagem e as regras para se comunicar, contudo depende de cada indivíduo já que existem variações no desenvolvimento da fala entre as crianças com a síndrome. Em relação às outras dificuldades ela diz:

A literatura aponta que, no caso da atenção em crianças com SD, observada desde os primeiros anos de vida, pode interferir na forma em que essa criança se envolve nas tarefas e se relaciona com o meio. Quanto à memória, por não acumular informações na memória auditiva imediata, ela não consegue reproduzir frases, uma vez que só retém algumas palavras e não a sentença completa. Essas crianças também apresentam um déficit na memória de longo prazo o que interfere na elaboração de conceitos, generalização e planejamento de situações. (FERREIRA, 2016, p.25)

Considerando a diversidade como principal característica humana, a escola tem o dever de atender essa pluralidade, oferecendo oportunidades iguais para a aprendizagem de todo e qualquer indivíduo, não sendo responsabilidade da criança, com deficiência ou não, se adaptar ao ensino e sim da instituição escolar de proporcionar uma educação que atenda as mais diversas necessidades, visando a participação real de cada indivíduo dentro da escola.

Com isso, a autora fala que a inclusão escolar demanda um cenário novo no âmbito organizacional, através do fornecimento de equipamentos e materiais necessários, além de adaptar o currículo e o planejamento, e aplicar avaliações adequadas que considerem as particularidades de cada criança.

Desse modo, a educação de alunos com SD deve ser baseada no atendimento às necessidades específicas destes alunos sem abandonar os mesmos princípios educacionais básicos que são dirigidos aos demais alunos, objetivando o desenvolvimento das potencialidades do aluno e também a adaptação curricular.

(FERREIRA, 2016, p.31)

Na sociedade brasileira, o domínio da leitura e escrita em contextos determinados possibilita a inserção do indivíduo na sociedade, já que a capacidade de se apropriar dos conhecimentos históricos e culturais é o que o transforma em cidadão. Dessa forma, a instituição escolar se responsabiliza por transmitir esse conhecimento que proporciona aos alunos outras formas de aprender e se desenvolver.

Baseada nos estudos de Vigotski, a autora fala que o ser humano é “um ser social” constituído como tal através e por causa das relações sociais. Sendo mediante ao convívio com outros seres humanos, por meio do uso de “instrumentos”, como a leitura e escrita, que ele se torna capaz de modificar seu meio e com isso é modificado por intermédio deles, sendo através dessa dialética que o ser humano se desenvolve. Além disso, Ferreira diz que a linguagem falada e a escrita são um “sistema particular de símbolos e signos” e que sua aquisição é responsável por permitir que o indivíduo se desenvolva culturalmente.

Visto que a autora tem a fundação de seu pensamento em Vigotski, ela relembra que para o pensador a compreensão da escrita acontece a partir do momento em que a criança entende que consegue “desenhar a fala”, ou seja, entende que ela é capaz de simbolizar aquilo que está dizendo oralmente, o que torna a linguagem falada um “simbolismo de primeira ordem que regula o desenvolvimento humano”. Através disso, a linguagem escrita se torna um “simbolismo de segunda ordem” que se tornará futuramente um “simbolismo direto”, já que a fala é substituída pela escrita.

Além disso, Vigotski (1995) chama a atenção pelo lugar estreito que a aquisição da linguagem escrita ocupa no espaço escolar, visto sua importância, pois, nessa concepção, por ser um sistema culturalmente elaborado, sua aquisição é fundamental para o desenvolvimento cultural da criança. Para esse teórico, este processo é pouco trabalhado nas escolas, já que neste ambiente é ensinado apenas a escrever as letras e palavras, mas não é ensinada a linguagem escrita, sistema simbólico culturalmente elaborado. Com isso, a alfabetização está voltada para o ensino do ato mecânico de escrever, de uma forma racional. (FERREIRA, 2016, p.40)

Em relação a Educação Especial, durante a realização da pesquisa feita pela autora, se compreendeu a capacidade que as crianças com a Síndrome de

Down possuem para adquirir as habilidades de leitura e escrita, através do ensino ministrado à elas por educadores, refletindo sobre como o contexto cultural e social é, em parte, responsável por dar oportunidades para a aprendizagem do ler e escrever. Para tal, a autora além de usar referências de Vigotski, também utiliza Luria como base para seus estudos sobre a alfabetização, que descreve cinco estágios para o desenvolvimento da linguagem escrita:

Estágio dos rabiscos ou fase dos atos imitativos (pré-escrita); estágio da escrita não diferenciada; estágio da escrita diferenciada; estágio da escrita por imagens (pictográfica) e estágio da escrita simbólica. (FERREIRA, 2016, p.44)

No que diz respeito às crianças com SD, o estímulo de novas formas de pensamento pode ser uma maneira de superar as dificuldades causadas pela síndrome, visando novos conhecimentos e experiências, pensando que o ensino desses indivíduos deve buscar desenvolver maneiras de transmitir conhecimento, deixando de usar somente os métodos visuais, mas trabalhando e estimulando a aquisição de todos os conteúdos, principalmente da linguagem, já que para Vigotski, ela é responsável por mediar relações e permitir o desenvolvimento de "funções psíquicas superiores", o que possibilita ao indivíduo possuir um "funcionamento intelectual mais complexo".

Para o desenvolvimento integral da criança com Síndrome de Down se faz necessário um ambiente favorável que busque proporcionar um ensino baseado nas particularidades dessa pessoa, visando criar um desejo da própria criança em aprender mais, possibilitando que ela veja a contribuição do ensino para seu desenvolvimento. Por esse motivo se faz tão necessária a formação continuada, pois é através dela que os pedagogos conseguem compreender as necessidades que o indivíduo com a síndrome obtém, já que a formação inicial não consegue contemplar todas as particularidades da Educação Especial. Concluindo então, Ferreira escreve:

Também é preciso considerar que para a aquisição da linguagem escrita, o ensino desta deve ser provido de contexto e sentido e não ser apenas um ato mecânico, já que através de atividades novas, a criança poderá criar novas experiências e assim compensar sua condição (FERREIRA, 2016, p.105)

CAPÍTULO III - A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DE VIGOTSKI E SUA RELAÇÃO COM A ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA

A história brasileira mostra que a educação passou a ter um destaque maior por volta de 1931, quando foram criados o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos estados, porém somente em 1988 que a educação se tornou um direito garantido por lei a todos os brasileiros, incluindo todas as pessoas público-alvo da Educação Especial (PAEE), sendo responsabilidade do Estado garantir esse direito.

Pensando nisso, percebe-se que durante um longo período da história, as crianças com deficiência não tinham o direito de frequentar a escola regular, tendo sua educação segregada a espaços específicos. Essas pessoas eram obrigadas a estudar em instituições especializadas, que desempenhavam um papel assistencialista, não voltado para o ensino em si dessas crianças, já que eram vistas como incapazes pela sociedade, assim a Educação Especial era separada da escola comum.

Sendo assim, esse momento de segregação, foi extremamente criticado, com isso se iniciou a entrada dessas crianças dentro da escola regular, porém sem nenhum tipo de mudança ou adequação que buscasse atender a esse público, nada pensado para desenvolver sua aprendizagem. O planejamento e a rotina sem transformações então quem era obrigado a se modificar eram as crianças com deficiências, se adaptando às outras consideradas “normais”. Um ensino voltado a homogeneizar a todos os alunos, desse modo as diferenças eram desrespeitadas, todos tinham que ser “iguais” em comportamento e em desenvolvimento.

Mesmo sendo um avanço, esse movimento de integração gerou uma ansiedade pela inclusão efetiva dentro das instituições escolares, inclusão essa que além de garantir o acesso a escola comum, também garante sua aprendizagem, de forma a mudar as antigas concepções de que a criança com deficiência não é capaz de se desenvolver, mostrando que ela é tão capaz quanto qualquer outra criança.

A Educação Especial se tornou algo muito presente nas escolas comuns da atualidade, graças a leis que foram criadas para garantir a inclusão de pessoas com qualquer tipo de necessidade dentro da Educação Básica, o

problema é que ainda existem muitas complicações em assegurar que a inclusão realmente aconteça, já que cada vez mais surgem novos desafios que necessitam ser superados.

Contudo, refletindo sobre como garantir a aprendizagem de fato dessas crianças existem cinco pontos muito importantes a serem considerados e colocados em prática: 1) Políticas públicas que efetivem os direitos colocados na lei; 2) Matrícula de qualquer criança dentro da rede regular de ensino, em uma unidade escolar próxima a sua residência (assim como é com as crianças sem necessidades); 3) Formação inicial e continuada que busque a discussão da prática numa perspectiva inclusiva de professores da sala comum; 4) Comprometimento de todos os sujeitos responsáveis pela educação da criança (escola, família e sociedade); 5) Jogos, brinquedos e materiais pedagógicos adequados. Em relação às políticas públicas:

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ser inseridos no ensino regular, **de forma que o sistema de ensino garanta sua participação e aprendizagem** (grifo nosso). No entanto, apesar das garantias estabelecidas pela legislação, verificam-se dificuldades na inclusão efetiva de alunos público-alvo da educação especial (PAEE), tanto no âmbito social, quanto no acadêmico. (CHIZZOLINI, 2021, p.16)

Desse modo, a alfabetização inclusiva, como parte importante da aprendizagem, tem se tornado uma dificuldade para educadores que procuram garantir a educação à essas crianças, já que a grande maioria não possui formação continuada e como é através dela que os professores conseguem aprender e compreender melhor as particularidades de cada indivíduo PAEE, se torna essencial que esteja disponível a possibilidade de estender os estudos dos educadores visando a busca por reflexões sobre sua prática pedagógica, por meio de novas literaturas e estudos na área da Educação Especial. Sobre a formação continuada Thereza Ribeiro escreve:

Esta permanece aquém das expectativas e necessidades desses profissionais, influenciando suas práticas e, por conseguinte, a escolarização do aluno com deficiência. Faz-se necessário, portanto, a criação de espaços e momentos para que esses professores possam compartilhar experiências relacionadas à escolarização desse aluno de modo a estimular

a reflexão sobre a prática docente, visando eliminar as barreiras da inclusão escolar. (RIBEIRO, 2018, p.26 e 27)

Sendo assim, percebe-se que para se tornar um professor alfabetizador, ainda mais de crianças com necessidades especiais, são necessários estudos e uma tolerância a mudanças no planejamento escolar, sendo extremamente necessário a alfabetização em conjunto ao letramento, já que este proporciona uma aquisição da leitura e escrita dentro de seu ambiente social.

O processo de alfabetização e letramento ocorre de forma simultânea e interdependente, um não se dá antes do outro. Ao se aprender uma coisa, passa-se a aprender outra. São, na verdade, processos indissociáveis, mas também diferentes em termos de processamento cognitivo. Significa que a alfabetização, a aprendizagem da técnica, domínio do código convencional da leitura e das relações fonema/grafema não é pré-requisito para o letramento. Não é preciso primeiro aprender a técnica para depois aprender a usá-la. É necessário ensinar a alfabetização ao mesmo tempo em que se incentiva o letramento. (OLIVEIRA, 2014, p.26)

Através da compreensão do que é letramento, entende-se que o processo de aquisição da leitura e escrita se dá muito antes do ingresso desta criança dentro do primeiro ano do Ensino Fundamental, já que ela vive rodeada pelo mundo das palavras, isso não se difere caso a pessoa tenha ou não alguma necessidade especial, muito pelo contrário, são nesses casos que a inserção dentro do mundo das letras se torna mais importante ainda, e é papel tanto do professor de Educação Infantil quanto a própria família, mostrar o envolvente processo da leitura através de imagens, gravuras, histórias infantis e até livros maiores, antes mesmo da criança conseguir decifrar o código escrito.

Para construir essa leitura de mundo a criança precisa experimentar o ambiente em que vive, mas como isso é possível? Através do brincar. O brincar traz a diversão e o ensino, o brincar se torna primordial então para o desenvolvimento infantil. Inclusive, crianças com Síndrome de Down (SD) ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), também brincam. Por isso é através desses momentos mais lúdicos onde a criança com necessidades mais se desenvolve. A leitura envolvente de um conto de fadas, feita pelo adulto leitor, faz a criança “entrar” na história, se interessar pela infinidade de possibilidades que a leitura traz, esse é o primeiro passo para que futuramente exista a leitura com compreensão.

A leitura com compreensão pode ser identificada quando o aprendiz ao ler uma palavra relacione com aspectos do mundo, ou seja, tenha um “referente” para a palavra lida. Por exemplo, quando o aprendiz ouve ou lê a palavra “bolo” para que ele compreenda, ele deve ter seu “referente” (o objeto). Trata-se de uma relação arbitrária entre a palavra falada ou impressa e o objeto que pode ser estabelecida por relação direta entre estímulos por meio do procedimento de pareamento arbitrário com modelo (arbitrary matching to sample). Nesse procedimento, o aprendiz deve escolher entre dois ou mais estímulos de comparação, condicionalmente ao estímulo modelo apresentado. (MILLAN, 2017, p.10)

Relembrando o texto de Aline Ferreira, que utiliza as ideias de Vigotski como base para a construção de seu pensamento, a aquisição da linguagem escrita ocupa um patamar de importância dentro do ambiente escolar, já que é um sistema culturalmente colocado como fundamental para o desenvolvimento da criança. Para o pensador, esse processo é trabalhado de forma breve dentro da instituição escolar, por ser um lugar que ensina apenas os códigos para decifrar as letras e palavras, sem ensinar propriamente a linguagem escrita como um sistema elaborado culturalmente. Sendo assim, a alfabetização se volta para o ato mecânico de escrever, pensado racionalmente.

E o entendimento desta função da escrita é complexo e nem sempre perceptível. Para Vigotski (2007), essa compreensão dos signos escritos ocorre quando a criança percebe que pode desenhar a fala, ou seja, a linguagem falada que antes é simbolismo de primeira ordem regula o desenvolvimento humano. Por sua vez, a linguagem escrita, inicialmente, constitui-se como simbolismo de segunda ordem que irá se constituir mais tarde em um simbolismo direto, uma vez que a linguagem falada cede seu lugar à linguagem escrita. (FERREIRA, 2016, p.39)

Visto que as habilidades de leitura e escrita são responsáveis por tornar o indivíduo um ser social, estas se tornam essenciais para a inserção das crianças com deficiências dentro de seu meio social e cultural, por isso um planejamento alfabetizador baseado em reflexões sobre as pluralidades de cada criança se torna importante, já que cada uma possui sua particularidade o que a torna única, transformando sua aprendizagem em algo singular.

A criança em condição de deficiência, à medida que suas dificuldades são assistidas e suas potencialidades valorizadas, esse estado passa a ser uma condição social momentânea. Os aspectos físicos e biológicos sempre estarão presentes, entretanto quando dada a oportunidade de superar seus limites,

a deficiência é superada e valoriza-se a pessoa pelas suas condições de aprendizagem emancipando sua condição inferior a uma visão social erroneamente normalizante. (ANUNCIACÃO, 2017, p.138)

Com tudo isso, existem diversas questões que surgem quando se pensa em alfabetização inclusiva, como: De que maneira desenvolver esse processo de alfabetização? Quais são os métodos para aplicar com essas crianças que dão resultados reais? Qual planejamento devo seguir? Que materiais usar? Porém, com a leitura dos textos selecionados anteriormente, se tornou perceptível que não existem “receitas” prontas que solucionem todas as dificuldades e demandas dessas crianças, já que cada uma possui sua particularidade e, mesmo delimitando apenas duas especificidades das crianças público alvo da Educação Especial, não há um planejamento específico que possa ser utilizado com todas as crianças autistas e nem com todas as com Síndrome de Down, por isso é tão necessária a construção diária de um plano de ensino que possa ser modificado de acordo com o desenvolvimento da criança incluída, visando destacar suas qualidades e aperfeiçoar suas dificuldades, já que relembro o texto de Buzetti:

Ao considerar a educação uma prática social e a leitura e escrita condições para melhorar o desenvolvimento da vida social, a aprendizagem da linguagem escrita tem, portanto, o objetivo de ampliar as relações sociais dos indivíduos no meio em que vivem. Dessa forma, o processo de ensino é um processo pragmático, isto é, um mecanismo pelo qual se pretende alcançar certos objetivos e para isso se mobilizam meios, é uma sequência de estratégias que envolvem planejar, orientar e controlar a aprendizagem do aluno. (BUZETTI, 2015, p.15)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler e escrever são práticas essenciais para o desenvolvimento do indivíduo em sociedade, por isso a alfabetização se torna parte tão importante na aprendizagem de toda criança, já que é através do domínio dessas duas técnicas que se constrói um cidadão. Pensando nisso, se entende o poder que o ensino da leitura e escrita tem sobre crianças com as mais diversas deficiências, por esse motivo estudar sobre como tem sido abordada a temática da alfabetização de alunos com necessidades intelectuais se torna tão relevante para a construção de professores alfabetizadores, que estejam preparados para lidar com cada indivíduo presente na escola regular.

Além do objetivo de tentar compreender esse processo de alfabetização dos alunos com necessidades especiais, enfatizando crianças com autismo e com Síndrome de Down, o foco deste atual trabalho foi também buscar responder às questões feitas no início: o que está sendo produzido e discutido em relação à alfabetização de alunos com necessidades intelectuais? Existem muitas pesquisas com diferentes abordagens relacionadas a esse tema? Qual tem sido o objetivo desses estudos? Quais abordagens ancoram esse assunto?

Revisando os textos selecionados pode-se perceber que existem poucas pesquisas que realmente trabalham sobre o tema investigado, já que de todos os textos do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontrados apenas 16 textos, sendo que parte deles não falava diretamente sobre a alfabetização de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE), muitos descrevem apenas as fases de desenvolvimento desses indivíduos e seu progresso durante a pesquisa e poucos falam exatamente sobre a alfabetização de crianças autistas e/ou com Síndrome de Down, o que mostra uma falha no estudo continuado dos professores, pois como o número de crianças PAEE matriculadas em rede regular de ensino têm aumentado, o número de pesquisas deveria ao menos seguir o mesmo ritmo, coisa que não foi visto, pelo menos não dentro do CAPES.

Por esse motivo, trabalhos que visam instruir a realização na prática desse processo de alfabetização, se tornam muito necessários, já que cada vez mais se vê uma prática excludente, que não ajusta seu planejamento de forma a incluir

de fato a criança com necessidades intelectuais, mesmo diante de tantas mudanças no âmbito da Educação Especial, ainda existem muitos problemas a serem superados quanto ao ensino das crianças com Autismo e Síndrome de Down.

Considerando essas estratégias pedagógicas, o olhar ao aluno com deficiência, especialmente com deficiência intelectual, deve emergir da crença das múltiplas possibilidades de aprendizagem que ele pode ter, inclusive de que ele é capaz (e deve) de ser avaliado de forma a evidenciar seus conhecimentos e habilidades educacionais. (ALVES, 2018, p.20)

Através desse fato, a formação continuada se destaca mais uma vez, por ser essencial para que o professor saiba lidar com cada criança a sua volta, entendendo de verdade como se dá o processo de alfabetização, procurando sempre aprimorar sua prática e aprender todos os dias com todos os acontecimentos, de forma que sua formação sempre esteja atualizada, buscando se tornar um educador aberto a mudanças e capaz de diferenciar as mais diversas carências que as crianças demandam, além de verdadeiramente compreender o que pode ser classificado como deficiência e o que são apenas problemas comportamentais.

Novamente, a carência de profissionais que atuam com a Educação colocam as crianças com problemas de comportamento no patamar da EE (Educação Especial). Embora os problemas de comportamento possam fazer parte das características de crianças em condição de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, nem sempre as crianças com problemas de comportamento e dificuldades de aprendizagem possuem algum tipo de deficiência. (ANUNCIAÇÃO, 2017, p. 106 e 107)

Desse modo, o professor que atinge essa compreensão consegue entender também que o desenvolvimento social da criança é algo de destaque em sua aprendizagem, já que, como Vigotski acredita, o aprendizado acontece através da interação social, sendo a relação com o outro e com o meio os responsáveis pelo desenvolvimento infantil, portanto existe a carência da inclusão de todas as crianças PAEE na escola regular, pois é através das interações sociais que elas se desenvolvem, inclusive no âmbito da alfabetização.

No caso de alunos da Educação Especial, (...) consideramos que este aluno possui a habilidade para adquirir a linguagem escrita (leitura e escrita) e que a ele lhe deve ser ensinado. Porém, o que define se este aluno irá ou não se apropriar da linguagem escrita é dado pelo contexto social e cultural que pode ser favorável ou não. Se o meio não oportunizar a aprendizagem da linguagem escrita, sozinho, esse sujeito não irá aprender ler e escrever. (FERREIRA, 2016, p.43)

Conseqüentemente, voltando a refletir sobre o objetivo central deste Trabalho de Conclusão de Curso, que buscou compreender a construção do processo de alfabetização de alunos com necessidades especiais, tendo como foco crianças com Transtorno do Espectro Autista e com Síndrome de Down, acredito que as leituras realizadas foram de suma importância para trazer vivências sobre o ensino dentro das escolas para essas crianças, sendo possível sim a compreensão e a reflexão sobre como se dá esse processo dentro do ambiente escolar, porém, mesmo com a percepção de que o ensino da leitura e escrita para esse público é possível, em todos os textos foi destacada a grande dificuldade de realizar isso na prática, já que cada criança é única, tendo ou não deficiência.

Enfim, a Educação Inclusiva só se torna possível ao repensar atitudes e estratégias diversas que busquem acolher os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Dessa forma, a inclusão é, então, o aprender a viver com o outro, entendendo suas particularidades e valorizando suas potencialidades, ampliando as possibilidades que ele terá e possibilitando sua independência, emancipação e autonomia. O professor não necessita focar apenas nas limitações que a deficiência carrega, mas sim refletir sobre sua prática que necessita ser organizada de acordo com o desenvolvimento do indivíduo que está sendo ensinado, visando encontrar o potencial dele e aprimorá-lo, entendendo que desse modo a criança público-alvo da Educação Especial se desenvolve e seus limites na aprendizagem são superados.

O currículo e o planejamento propostos (...) em um contexto inclusivo, devem: gerar experiências que promovam não só a minimização das dificuldades, mas principalmente o desenvolvimento de novas habilidades e o aperfeiçoamento de habilidades positivas que o aluno já possui; destacar que comportamentos desejados (por exemplo, atenção, escrita, leitura, uso dos materiais escolares, participação nas brincadeiras), dos alunos com deficiência, são favorecidos pelo convívio com modelos de comportamentos de alunos sem a

deficiência; avaliar criteriosamente os progressos específicos (por exemplo, leitura, escrita, coordenação motora fina) e que tenha um registro deles, a fim de que objetivos apropriados sejam progressivamente traçados. (OLIVEIRA, 2014, p.17)

Concluindo, são necessárias mudanças dentro da escola regular, visando construir uma inclusão real, através de práticas inclusivas e um planejamento com atividades direcionadas especificamente para esse público, pois só assim a criança irá desenvolver novas vivências e aprendizados que possam compensar as condições que a necessidade intelectual gera, promovendo, assim, a aquisição da leitura e escrita, não apenas como simples atos mecânicos, mas sim como habilidades emancipadoras, que proporcionam a inserção dessa criança dentro de seu meio social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Augusto Marques. **Avaliação da aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual: análise de teses e dissertações brasileiras.** 2018. 117f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar. São Carlos - SP.

ANICETO, Gabriela. **Levantamento de repertório de linguagem em crianças pequenas com Síndrome de Down.** 2017. 140f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional UFSCar. São Carlos - SP.

ANUNCIAÇÃO, Livia Maria Ribeiro Leme. **Ensino itinerante na Educação Infantil: Investigando as práticas docentes.** 2017. 166f. Tese de Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária - BCo UFSCar. São Carlos - SP.

BAFICA, Ana Paula Souza. **Como ensinamos/Aprendemos a ler? As propostas de formação para a prática pedagógica da leitura.** 2015. Undefined f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Santa Cruz, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus - BA.

BATISTA, Mirian Vieira. **Promoção do letramento emergente de crianças com Síndrome de Down.** 2016. 129f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

BUZETTI, Miryan Cristina. **Compreensão de professores de instituição especializada sobre leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual.** 2015. 125f. Tese de Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal

De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP.

CHIZZOLINI, Gabriela Cabral. **Emergência de nomeação de letras a partir do emparelhamento auditivo-visual em crianças com síndrome de down e autismo via ensino remoto.** 2021. 99f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações. UFSCar, São Carlos - SP. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15319>

FERREIRA, Aline Nathalia Marques. **Escolarização de aluno com Síndrome de Down na escola: um estudo de caso.** 2016. 136f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

GALLO, Giulia Calefi. **Ações de professores de escolas regulares com crianças com transtorno do espectro autista.** 2016. 100f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFSCar. São Carlos - SP.

MANZINI, Ana Carolina Gurian. **Aplicação condensada das três primeiras fases do pecs em uma menina com transtorno do espectro do autismo.** 2019. 77f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar. São Carlos - SP.

MILLAN, Ana Elisa. **Equivalência de estímulos e o ensino de habilidades rudimentares de leitura para alunos com autismo.** 2017. 93f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da UFSCar. São Carlos - SP.

MONTEIRO, Alzenira Barcelos. **Alfabetização: Abordagem discursiva voltada para o processo de ensino aprendizagem das relações sons e letras e letras e sons.** 2020. 267f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Ufes e Biblioteca Setorial do Centro de Educação, Vitória - ES.

MUNIZ, Joice Daiane. **Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa.** 2019. 131f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11916>

OLIVEIRA, Esmeralda Aparecida de. **Letramento emergente, consciência fonológica e leitura de alunos com deficiência intelectual no ensino regular'** 02/07/2014 77 f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações. UFSCar, São Carlos - SP.

RIBEIRO, Thereza Makibara. **Alunos com deficiência intelectual nos anos iniciais: análise das práticas pedagógicas no contexto do PNAIC.** 2018. 95f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da UFSCar. São Carlos - SP.

SIMIONI, Sonia Maria Rodrigues. **Programa Ler e Escrever e o processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual no Ensino Fundamental.** 2016. 225f. Tese de Doutorado em Educação Especial - Universidade Federal De São Carlos, Biblioteca Depositária: Biblioteca digital de teses e dissertações UFSCar, São Carlos - SP.